



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE TOCANTINÓPOLIS
CURSO DE GRADUAÇÃO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO**

JÉSSICA ADRIANA DOS SANTOS SILVA

**OS PROBLEMAS AMBIENTAIS NA ALDEIA SÃO JOSÉ DA ETNIA APINAYÉ DE
TOCANTINÓPOLIS - TO**

**TOCANTINÓPOLIS – TO
2018**

JÉSSICA ADRIANA DOS SANTOS SILVA

**OS PROBLEMAS AMBIENTAIS NA ALDEIA SÃO JOSÉ DA ETNIA APINAYÉ DE
TOCANTINÓPOLIS - TO**

Monografia apresentada à UFT - Universidade Federal do Tocantins, Campus Universitário de Tocantinópolis, para obtenção do título de Licenciada em Educação do Campo com habilitação em Artes e Música, sob a orientação do Professor Sidinei Esteves de Oliveira de Jesus.

TOCANTINÓPOLIS - TO

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

S586p Silva, Jéssica Adriana dos Santos .
Os Problemas Ambientais na Aldeia São José da Etnia Apinayé
Tocantinópolis - TO. / Jéssica Adriana dos Santos Silva. –
Tocantinópolis, TO, 2018.
57 f
Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins –
Câmpus Universitário de Tocantinópolis - Curso de Educação do
Campo, 2018.
Orientador: Sidinei Esteves de Oliveira de Jesus.
1. Problemas socioambientais. 2. Terras Indígenas. 3. Etnia
Apinayé. 4. Educação Ambienta. I. Título

CDD 370.91734

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

JÉSSICA ADRIANA DOS SANTOS SIVA

**OS PROBLEMAS AMBIENTAIS NA ALDEIA SÃO JOSÉ DA ETNIA APINAYÉ DE
TOCANTINÓPOLIS- TO**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Monografia apresentada à UFT –
Universidade Federal do Tocantins –
Campus Universitário de Tocantinópolis
para obtenção do título de Licenciado em
Educação do Campo: habilitação em Artes e
Música, sob a orientação do Professor Me.
Sidinei Esteves de Oliveira de Jesus

Data de Aprovação 03/12/2018

Banca Examinadora:

Sidinei Esteves de Oliveira de Jesus

Profº. Mestre. Sidinei Esteves de Oliveira de Jesus. Orientador - UFT

Cleber Borges de Moraes

Profº. Licenciado, Cleber Borges de Moraes. SINTET, Tocantinópolis - TO.

Nara Lopes de Melo

Profª. Especialista, Nara Lopes de Melo. SEMED, Balsas – MA.

Dedico este trabalho a todos da minha família, em especial a minha mãe Maria do Socorro dos Santos, aos meus filhos Álvaro Nobre dos Santos Pimentel, Nicolý Cristina Almeida dos Santos, meu esposo Ardilis Nobre Pimentel e principalmente aos indígenas pertencentes à aldeia São José da etnia Apinayé, que me possibilitaram deixar registrados elementos de sua cultura.

AGRADECIMENTOS

Muitos são os agradecimentos a fazer, pois ao longo desses quatro anos de universidade conheci e convivi com várias pessoas que colaboraram para que eu concluísse o curso de Educação do Campo com habilitação em Artes e Música. Primeiramente tenho que me curvar e agradecer a Deus pela vida que me foi concedida, por ter permitido redigir este trabalho com saúde e sabedoria. Agradeço a cada pessoa que conheci durante essa trajetória de minha vida acadêmica, principalmente, aquelas que contribuíram para meu aprendizado. Em particular ao meu orientador Sidinei Esteves de Oliveira de Jesus, pela paciência, disponibilidade e confiança que depositou em mim, orientando qual direção deveria tomar em relação ao meu tema. A este, meu muitíssimo e sincero obrigado. Agradeço também aos indígenas da Aldeia São José que me acolheram no período da minha pesquisa e sem o apoio destes, não seria possível realizar esse trabalho. Ao Cacique e colega de sala, Luiz Dias de Sousa Apinagé da aldeia São José, que me recebeu muito bem, concedendo-me espaço em sua comunidade. Cabe também os meus sinceros agradecimento ao Orientador Pedagógico da Escola Estadual Indígena Tekator Samuel Alves e ao diretor Gilberto Pereira Apinagé, também da Escola Tekator, que por serem indígenas me proporcionaram auxílio, apoio e dedicação durante a minha pesquisa. Agradeço aos meus entrevistados e todos que fizeram parte deste trabalho, porque considero um mérito não só meu, mas de todos que me ajudaram nessa realização. A minha mãe Maria do socorro dos Santos e meu padraсто José Rodrigues da Silva por acreditarem na minha competência e principalmente pelos bons conselhos. Agradeço também aos meus irmãos. Andreia, Dennis, Beatriz, Kamila, Mario. Em especial, aos meus filhos Álvaro Nobre dos Santos Pimentel e Nicoly Cristina dos Santos Almeida, ao meu esposo, Ardilis pela compreensão e apoio. Agradeço a minha vó Tereza Francisca dos Santos e em memória ao meu vô Francisco Xavier dos Santos que tenho certeza que de onde estiver está muito feliz por, mas essa conquista minha e de minha prima Gracilene dos Santos, agradeço aqui também pelo meu pai Domingos da Silva, que por mais que seja um estranho pra mim foi quem me ajudou a dar os primeiros passos. Agradeço também os que não gostam de mim e que quiseram me prejudicar no início da vida acadêmica com intrigas, o que não esperavam, era que essa atitude baixa só me fortaleceria. E tiveram que me aguentar esses quatro anos sorrindo e sendo vitoriosa a cada dia, fiquei muito chateada na época porque não partiu somente de discentes, mas sim de um professor do curso de educação do Campo que ainda queria da corda pra tal intriga em plena reunião no auditório da Universidade do Campus de Tocantinópolis, infelizmente não posso citar nomes. Agradeço ao programa PIMI (Programa

Institucional de Monitora Indígena) em nome da Professora Mara Pereira da Silva, que ao longo desses quatro (04) anos de vida acadêmica sempre esteve à disposição quando necessitei de ajuda, nos possibilitando mostrar nossos trabalhos nas cidades de Araguaína- TO, Salvador- BA, Palmas- TO, Arraias- TO e em Tocantinópolis- TO. Meus sincero e muitíssimo obrigada à professora Mara Pereira da Silva por ser essa profissional que se preocupa com o aluno. Agradecer as Monitoras do programa (PIMI) que convivi durante esses três (03) anos, em nome de Gracilene dos Santos, Milena Santos. Agradeço novamente Gracilene dos Santos por me ajudar incansavelmente neste TCC, e também a Taylane Fernandes da Silva, pois juntas passamos por diversas situações durante a pesquisa de campo, além de serem monitoras, são também pesquisadoras de questões indígenas. Elas sempre estiveram comigo nas idas às aldeias e tem conhecimento das dificuldades que encontramos para realizar essa pesquisa, obrigada meninas por fazer parte da construção da minha história de vida. Agradeço a todos os professores do curso de Educação do Campo em especial a professora Cássia Miranda que contribuiu ativamente para a minha formação acadêmica, me incentivando a participar sempre dos eventos acadêmicos relacionados ao curso, obrigado também pelos conselhos. Consequentemente essa formação não seria completa sem a contribuição de todos os outros funcionários da instituição. Agradeço também amigos de outros Estados e cidades distantes que sempre me motivaram a seguir em frente e aos órgãos que me disponibilizaram documentos com informações a contribuir na minha pesquisa. Agradeço também a banca pela presença e disponibilidade em avaliar a minha pesquisa.

Muito obrigada a todos!

RESUMO

A pesquisa a ser explanada, tem como objetivo principal, analisar os problemas ambientais presentes na aldeia São José a mesma está localizada no município de Tocantinópolis- TO região conhecida como Bico do Papagaio, a distância entre a aldeia a cidade de Tocantinópolis é de 18 km. A pesquisa estar vinculada ao programa de Licenciatura em Educação do campo com habilitação em artes visuais e música da Universidade Federal do Tocantins (UFT) do Campus de Tocantinópolis. A população indígena dessa aldeia são Apinayé e pertencentes à família macro – jê. As suas terras fazem divisa com os municípios de Maurilândia, Nazaré, São Bento do Tocantins e Tocantinópolis. Dentro das demarcações indígenas são encontrados em abundância vários ribeirões que fornecem água de qualidade às comunidades indígenas espalhadas por toda reserva Apinayé, elemento fundamental para a sobrevivência desses povos, a partir dos recursos hídricos ali presentes. Vale frisar que a metodologia utilizada na pesquisa foi de cunho qualitativa a qual [...] “define-se como uma conversa entre uma pessoa (o entrevistador) e outra (o entrevistado) ou outras como um pequeno grupo ou uma família”. Essa metodologia foi de fundamental relevância, pois proporcionou um contato mais próximo com o lócus pesquisado, possibilitando sobretudo conhecer os problemas ambientais no interior da Aldeia São José. Esta região apresenta um clima tropical seco e uma vegetação rica em palmeiras babaquais, que por muitos anos vem sendo um meio de sobrevivência desses povos. Vale destacar que os problemas ambientais vêm prejudicando a comunidade, causado doenças aos indígenas. Em suma a pesquisa servirá de base teórica e metodológica capaz de orientar futuros acadêmicos, povos indígenas e poder público a buscar alternativas que contribuam para a resolução dos problemas ambientais tanto em terras indígenas como em outras áreas que vivem ameaçadas.

Palavras-Chave: Problemas socioambientais. Terras Indígenas. Etnia Apinayé. Educação Ambiental

ABSTRACT

The main objective of the research to be analyzed is to analyze the environmental problems present in the village of São José. The same is located in the municipality of Tocantinópolis - TO region known as Bico do Papagaio, the distance between the village and the Tocantinópolis city is 18 km . The research will be linked to the Licentiate program in Education of the field with habilitation in visual arts and music of the Federal University of Tocantins (UFT) of the Campus of Tocantinópolis. The indigenous population of this village are Apinayé and belong to the macro - jê family. Its lands are bordered by the municipalities of Maurilândia, Nazaré, São Bento do Tocantins and Tocantinópolis. Within the Indian demarcations are found in abundance several streams that provides quality water to the indigenous communities scattered throughout Apinayé reserve, a fundamental element for the survival of these peoples, from the water resources present there. It is worth emphasizing that the methodology used in the research was qualitative-quantitative, which [...] "is defined as a conversation between one person (the interviewer) and another (the interviewee) or others as a small group or a family ". This methodology was of fundamental relevance, because it provided me with a closer contact with the locus researched, making it possible to know the environmental problems in the interior of the São José Village. In this region there is a dry tropical climate and a vegetation rich in babaçuais palms, which for many has been a means of survival for these peoples. It is worth mentioning that environmental problems have been damaging the environment, causing diseases to indigenous communities. In short, the research will serve as a theoretical and methodological basis capable of guiding future academics, indigenous peoples and public authorities to seek alternatives that contribute to the resolution of environmental problems both in indigenous lands and in other areas that are threatened.

Key Words: Socioenvironmental problems. Indigenous Lands. Ethnicity Apinayé. Environmental education.

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Figura 01: Localização das terras indígenas Apinayé.....	16
Figura 02: Imagem aérea da aldeia.....	28
Figura 03: Casa dos povos indígenas Apinayé em processo de construção- TO.....	30
Figura 04: A esquerda Casa do Cacique Luiz Dias Sousa Apinayé e a direita casa do Sr. Davi Wamimen Chavito Apinagé na aldeia São José no município de Tocantinópolis TO.....	31
Figura 05: Ribeirão São José.....	34
Figura 06: Calendário socioecológico.....	36
Figura 07: roça de toco indígena no processo da limpeza.....	37
Figura 08: lixão de Tocantinópolis- TO.....	43
Figura 09: local destinado a colocar os resíduos sólidos utilizados na Escola Estadual Mátyk / aldeia São José.....	45
Figura 10: da margem do ribeirão São José com os lixos mencionados no texto.....	51

LISTA DE TABELA

Tabela 01: De animais encontrados nas terras Indígenas Apinay.....	33
Tabela 02: Divisão de trabalho.....	38

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
2 PERCURSO METODOLÓGICO.....	15
2.1 Caracterização do objeto de pesquisa.....	16
3 BREVES CONTEXTUALIZAÇÕES SOBRE OS PROBLEMAS E AS POLÍTICAS AMBIENTAIS.....	20
3.1 Aspectos históricos sobre as políticas ambientais.....	22
4 TERRAS E POVOS INDÍGENAS APINAYÉS: CULTURA, TRABALHO E DRAMAS AMBIENTAIS.....	26
4.1 Vivências e moradias dos Apinayé da Aldeia São José.....	28
4.2 Biodiversidade da Aldeia São José.....	32
4.3 Roças: espaço de trabalho, produtividade familiar e cultura dentro da comunidade indígena São José.....	35
4.4 Problemas ambientais presente na aldeia São José.....	40
5 ANÁLISE DE DADOS.....	50
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	53
REFERÊNCIAS.....	55

1 INTRODUÇÃO

Somos sabedores que os problemas ambientais vêm sendo a preocupação de boa parte da sociedade há muitos anos. Também se sabe que a instabilidade ambiental esta por toda parte, tanto no espaço urbano quanto no espaço rural.

O presente trabalho aqui intitulado “Os Problemas Ambientais na aldeia São José, da etnia Apinayé de Tocantinópolis - TO” mostra que até as terras que estão sobre a proteção ambiental do Estado vivenciam as problemáticas ambientais. É bem verdade que a ganância do homem pelo poder tem contribuído para instalar o caos na natureza.

Este projeto está vinculado ao programa de Licenciatura em Educação do campo com habilitação em artes e música da Universidade Federal do Tocantins (UFT). A ideia de trabalhar com essa temática está pautada nos projetos de monitoria indígena, o qual pôde ajudar desenvolver.

Os povos da Aldeia São José são pertencentes da família linguística Macro Jê, está localizado exatamente no centro do Brasil, é na RBP que se situa os únicos indígenas Apinayé a qual se tem conhecimento. As terras indígenas margeiam – se com os municípios de Maurilândia, Nazaré, São Bento do Tocantins e Tocantinópolis.

O espaço da pesquisa encontra-se localizado no município de Tocantinópolis – TO, no extremo norte do Tocantins, mais conhecido como Região do Bico do Papagaio (RBP). A distância entre a aldeia São José e a cidade de Tocantinópolis é de 20 km.

Nesta região apresenta um clima tropical seco e uma vegetação rica em palmeiras babaquais, que por muitos anos vem sendo um meio de sobrevivência, a partir do artesanato e da extração de subprodutos do babaçu, como por exemplo, a retirada do azeite usada na alimentação desses povos. É nesta mesma vegetação do Cerrado que os povos indígenas encontraram uma diversidade de extrativismo, adequados para a sua alimentação, possibilitando assim a manutenção e produção da vida sobre o território Apinayé.

Dentro das demarcações indígenas são encontrados vários ribeirões que fornecem água às comunidades indígenas, espalhadas por toda a reserva Apinayé, torna-se um meio adequado para a sobrevivência de seu povo, a partir dos recursos naturais ali presentes.

Por outro lado, como já enunciado aqui, alguns problemas ambientais tem preocupado os povos indígenas Apinayé, principalmente a comunidade da aldeia São José. Dentre os problemas ambientais encontrados nessa aldeia, destacam-se dois, o lixo a céu aberto e as queimadas, essas alterações ambientais vêm sendo objeto de muita preocupação da própria

comunidade indígena.

A partir dessas inquietações levantamos a seguinte problemática desse trabalho: Além dos dois elementos problemáticos já citados, existem outros? A partir desses problemas, quais os impactos causados aos povos indígenas Apinayé?

O objetivo dessa pesquisa é estudar os problemas ambientais presentes na aldeia São José. Outros objetivos auxiliares, são: Identificar os principais impactos que estes causam aos povos indígenas e seu território; verificar como os povos da comunidade São José estão lidando com estas mazelas ambientais locais; verificar a importância da Educação ambiental para a comunidade.

Vale destacar que os problemas ambientais como os originados dos resíduos sólidos já foram discutidos nas mais importantes conferências debatidas sobre meio ambiente pelo mundo, mesmo assim, parece não ter sido suficiente para conscientizar o indivíduo sobre suas ações. Por outro lado, é sabido que a ausência de políticas públicas dentro da sociedade precarizar a conservação dos recursos naturais ocasionando os problemas ambientais.

A metodologia utilizada para desenvolver o estudo é o método quali-quantitativo e etnográfico, o que está registrado com mais clareza no corpo do trabalho. As pesquisas de campo para observação e registro dos eventos, bem como as entrevistas são partes integrantes da metodologia desse trabalho.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

O presente capítulo mostrará a metodologia utilizada durante a realização da pesquisa. Vale destacar que o sucesso da pesquisa está diretamente ligado a escolha correta da metodologia a ser utilizada.

A pesquisa realizada foi de caráter quali-quantitativo e Etnográfico, ambos possibilita que o pesquisador tenha um contato com o local a ser pesquisado. A abordagem quali-quantitativa “[...] define-se como uma conversa entre uma pessoa (o entrevistador) e outra (o entrevistado) ou outras como um pequeno grupo ou uma família” (LAKATOS, EVA MARIA, 2011, p.273). Essa metodologia foi de fundamental importância, pois favoreceu uma aproximação com o lócus estudado, este conhecimento do local pelo pesquisador é necessário, para que a pesquisa venha ter resultados satisfatórios.

Outro instrumento metodológico relevante na pesquisa que contribuiu para o desenvolvimento da mesma foram às entrevistas. Para a coleta desses dados foram entrevistados tanto os indígenas moradores da aldeia São José, como os órgãos responsáveis pelas as questões ambientais Indígenas dentro desta aldeia.

Neste sentido Bogdan e Biklen (1982, p. 136), afirma que:

As [...] entrevistas produzem uma riqueza de dados recheados de palavras que revela as perspectivas dos respondentes. As transcrições estão repletas de detalhes e de exemplos. Um bom entrevistador comunica ao sujeito ao se interesse pessoal, estando atento, acenando com a cabeça e utilizando expressão facial apropriada [...]

Desta forma através das entrevistas foi possível obter informações relevantes para a pesquisa, dados que não estão escritos em livros e sim na memória dos entrevistados. Vale ressaltar que foi entrevistado cinco indígenas Apinayé, sendo o cacique, liderança da aldeia, e outros moradores da comunidade. Essas interlocuções tiveram como objetivo saber quais são as dimensão dos problemas ambientais que existentes na aldeia São José.

Portanto Marconi e Lakatos (2006, p.280), mostram que: “[...] a entrevista por ser de natureza interativa, permite tratar de temas complexos, que dificilmente poderiam ser investigados adequadamente através de questionários, explorando-os em profundidade”.

Vale a pena destacar que não foi possível utilizar questionários, pois as entrevista foram de caráter semi-estruturado, ou seja, o entrevistado teve liberdade para falar o que ele queria, coube a pesquisadora selecionar o que era de relevante para a pesquisa.

Foi utilizada também a metodologia etnográfica, pois a pesquisa foi realizada em uma comunidade que reside fora do meio urbano, tendo costumes e tradições diferentemente dos não índios. Essa metodologia propícia o pesquisador estar em contato direto como objeto

pesquisado.

Segundo Marconi e Lakatos, (2006, p.112), a metodologia etnográfica,

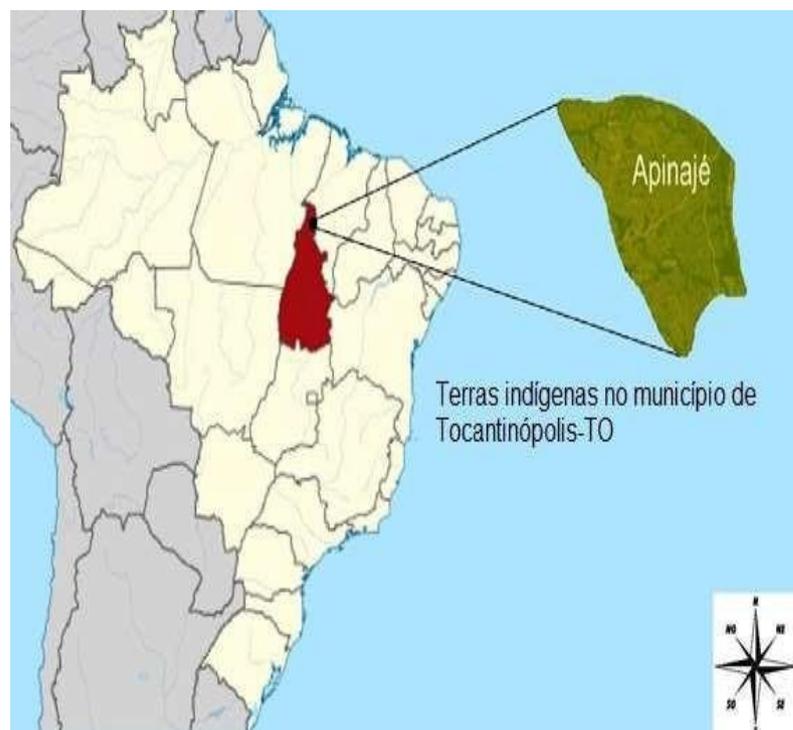
[...] “é um modo de investigação naturalista, baseado na observação, descritivo, contextual, aberto e profundo. o objetivo da etnografia é combinar o ponto de vista do observador interno com o externo e descrever e interpretar a cultura”.

Ambos os métodos citados acima, exige do pesquisador uma atuação presente no local da pesquisa, possibilitando um melhor conhecimento do objeto a ser estudado, é essencial que o pesquisador esteja sempre conectado com os acontecimentos, os quais fazem parte sua pesquisa. Portanto foi através dessas metodologias que foi possível saber quais os problemas ambientais que existe dentro da aldeia São José.

2.1 Caracterização do objeto de pesquisa

A aldeia indígena São José, da etnia Apinayé, está localizada no centro norte do Tocantins, numa região conhecida como Bico do Papagaio, como mostra no mapa (1), a seguir. Vale destacar ainda que as terras indígenas dessa etnia estão situadas entre os rios Araguaia e Tocantins, sendo que sua porção leste é banhada pelo rio Tocantins.

Figura 01- Localização das terras indígenas Apinayé.



Fonte: <https://cerradania.org/2016/08/23/2163/>. Adaptada por Nicolay Cristina dos Santos Almeida em 09/11/2018 as 11h :41m

Segundo Alburquequi (2007, p.209) A aldeia São José foi fundada em (1983) [...]. A mesma esta inclusa entre as quarenta e seis (46) comunidades indígenas Apinayé subdivididas adentro da reserva Apinayé, segundo relato dos próprios indígenas.

Historicamente em (1980) foi fundada a aldeia Mariazinha, sendo então a aldeia, mas velha da etnia Apinayé, mas os próprios indígenas Apinayé consideram que a aldeia São José seja então a mais velha, e também a, mas importante das demais aldeias. Da Matta (1976 p.45) relata sobre o assunto dizendo: “Essa é a aldeia mais importante dos Apinayé desde as visitas de Nimuendajú. [...]. A sua historia se entrelaça com a história da fundação e desenvolvimento de Tocantinópolis, em 1840”.

Os povos indígenas Apinayé atendem pela língua materna macro JÊ. A referência com outra língua que os indígenas têm nas suas proximidades é com o português falado pela população do município de Tocantinópolis.

É na cidade de Tocantinópolis que os povos Apinayé, mantem uma relação mais próxima com a cultura “branca”. É nessa cidade que os indígenas realizam compras para suprir as suas necessidades.

A distância entre a Aldeia São José e o Município de Tocantinópolis é de 20 km. As suas terras são margeadas pelas rodovias TO-126 e TO- 210, além dessas duas grandes rodovias, as terras indígenas margeiam-se com os municípios de Maurilândia do Tocantins, Nazaré, São Bento, Itaguatins e Tocantinópolis.

Os dados históricos colhidos durante as pesquisas de campo revelam que a aldeia São José era conhecida como aldeia Bacaba, isso na década de 1920, mas tarde passou a ser chamada de São José, onde permanece com esse mesmo nome até hoje. Na atualidade, a aldeia São José é uma referência dentre as demais aldeias das terras Apinayé, além de ser considerada a aldeia mais velha, a mesma possui uma boa estrutura de prédios públicos, capaz de atender a comunidade local e pesquisadores.

Os povos indígenas Apinayé, que aprendemos a conhecer e conviver têm costumes diferentes dos povos não indígenas. Vale destacar que esses povos ainda se apropriam de costumes utilizados pelos os seus antepassados, as casas construídas de barro ou de palha do babaçu, é uma dessas tradições que o tempo não apagou, a qual vem sendo remanejada no espaço temporal há séculos.

É importante frisar que dentro das comunidades indígenas Apinayé as casas são construídas em formato de circulo possibilitando que todos os moradores tenham uma visão pela porta de entrada principal, a qual dar acesso ao centro da aldeia. Esse local e usado pelos indígenas em ocasiões especifica como: reuniões, cerimônias, rituais e também como

divertimento em jogo de futebol entre outros.

Eles chamam esse espaço/ local de *ingó* ou *me-ingó* ambos indicam (coletividade) e também *ipôgo* = (Centro). Por convivermos pouco tempo com os Apinayé aprendemos muito sobre os seus costumes, algo que quanto, mais vamos aprendendo, mas nos desperta curiosidades.

É visível que as anciãs também mantêm o costume de não usar roupa para cobrir o busto, algo bastante normal dentro da cultura indígena. Porém, quando os indígenas vão à cidade, se vestem do mesmo modo que a “família tradicional” não índios.

Os Apinayé são povos simples, que mantêm se reservados, ainda, mais que outras comunidades da mesma etnia. O contato matrimonial com não indígena é bem restrito, pois, prezam pela originalidade de seus descendentes, algo muito significativo entre os povos indígenas Apinayé.

Não se têm conhecimentos ou relatos de como ocorreu à chegada dos Apinayé no Tocantins. É bem verdade que nem os kupêns/não indígenas muito menos os próprios indígenas da etnia Apinayé, possui dados precisos de como ocorreu a surgimento dos seus povos no Estado do Tocantins, antigo Goiás.

Cassiano, (2017, p.43), traz o relato de um ancião que retrata um acontecimento e essa descrição ajuda a melhor compreender a origem dos povos Apinayés.

“Um dia um bando de índios vindo do leste chegou à margem do Rio Tocantins e ficaram com vontade de atravessar o rio. Então fizeram uma travessia através de cordão de algodão enorme. Um deles do grupo passou o rio por meio de salva-vidas de madeira leve, levando a ponta que amarrou numa árvore da margem esquerda. Os outros seguiram a atravessar com suas mulheres, como se fossem nadando segurando pelas mãos ao cordão. Um grupo de índios queria vir para a margem do lado ocidental, mas nessa ocasião o cordão foi cortado pelo meio. Os que já haviam atravessados a margem ocidental puxaram para terra os que estavam agarrados, ao passo que a correnteza levou de volta para a margem oriental aqueles que estavam presos na metade do cordão. Quando os dois grupos se encontraram na terra firme na margem do Rio Tocantins, chamavam uns aos outros, mas já não entendiam bem. “Falai direito” gritaram os que tinham ficado na margem oriental. “Falai direito vós mesmas” responderam os Apinajé da margem ocidental. “Vós sois os Oti”, gritaram aqueles. “E vós sois os Mākraya!” Responderam aos Apinajé. E assim ficou para sempre”. (NIMUENDAJU APUD. APINAGÉ SOTERO CASSIANO, 2017 PAG.43).

As informações sobre a origem desses povos Apinayé, estavam presentes na memória de alguns moradores indígenas como, por exemplo, os anciãos que adquiriram informações com o passar dos anos. Para ajudar “salvar” esse riquíssimo patrimônio que é a história desses povos, hoje já é possível encontrarmos dados nas publicações de pesquisadores que dedicaram a suas vidas para expandir esse conhecimento.

Os povos Apinayé, bem como os que ocupam a aldeia São José, mantêm sua língua materna da família JÊ. Vale destacar que os indígenas aprendem a língua portuguesa a partir de

sua isenção na escola. Nas séries iniciais do ensino fundamental os alunos estudam tanto a língua materna como na portuguesa, ambas são as disciplinas específicas do período, vale ressaltar que os indígenas têm a mesma grade curricular de disciplinas das escolas urbanas, a única diferente é a disciplina da língua materna e saberes indígenas possibilitando que os alunos desde cedo aprendam a valorizar a cultura, bem como a preservar o meio ambiente. Desta forma, essas disciplinas propiciam os alunos indígenas a conhecer a sua cultura e a preservar o local onde residem, portanto ao falar da aldeia São José é pertinente falar também da vegetação presente no local.

3 BREVES CONTEXTUALIZAÇÕES SOBRE OS PROBLEMAS E AS POLÍTICAS AMBIENTAIS

Para compreender um pouco, mais sobre os problemas ambientais contemporâneos, faz-se necessário um estudo aprofundado sobre a origem desses problemas. A partir daí será possível produzir um conhecimento, mais ajustado sobre diversos dilemas que implicam e contribuem para a degradação do meio ambiente.

Nesse sentido, partimos do pressuposto que o consumismo é um processo socioeconômico a qual tem por objetivo vender os diversos produtos presentes no mercado, é através do consumo descontrolado que o mercado se movimenta freneticamente. Os cidadãos são atraídos por propagandas espalhadas por todas as partes sejam elas: por meio da Televisão, radio carros de propagandas, entre tantas outras.

Diante do que podemos entender sobre consumo Campbell (2006) vem relatar que: “O consumo é ambíguo porque por vezes é entendido como uso e manipulação e/ ou como experiência; em outras, como compra, em outra ainda como exaustão, esgotamento e realização”. (BARBOSA, CAMPBELL. 2006 p.21).

É do conhecimento de todos na sociedade, que o consumismo acarreta fatores negativos, onde o principal dos problemas estar relacionado com a produção de resíduos sólidos, em larga escala. Ainda, segundo Campbell (2006), essa ambiguidade começa na própria etimologia do termo. Consumo derivado do latim *consumere*, que significa usar tudo, esgotar e destruir [...] (BARBOSA, CAMPBELL. 2006 p.21).

Diante do que foi exposto pelos autores, percebe-se a cada dia que os produtos de consumo duráveis estão sendo produzidas com matérias de péssima qualidade, onde o consumidor usufrui por pouco tempo, logo porque se deterioram rapidamente obrigando o mesmo comprar novamente. O exemplo disto, podemos citar os inúmeros aparelhos celulares, computadores entre outros produtos de vida útil curta.

Ultimamente a problemática oriunda do consumismo vem afetando a todos, não apenas os que se encontra nas grandes metrópoles, mas os povos que vivem nas comunidades indígenas, quilombolas entre tantas outras. A natureza também é afetada com o consumo, pois é dela que é retirada uma grande parte de tudo que consumimos, seja alimentação ou outras coisas que utilizamos no dia a dia, para o melhoramento da qualidade de vida.

Embora todos tivessem papéis fundamentais no processo produtivo, uns consomem mais que outros, é nesse sentido que Campbell (2006, p.21) afirma que

Desempregados, estudantes em tempo integral, crianças, adolescentes, aposentados e doentes, entre outros não produzem qualquer tipo de riqueza do ponto de vista econômico, embora consumam de forma permanente os, mas diversos tipos de bens e serviços. (BARBOSA, CAMPBELL. 2006 p. 21).

Compreendemos que uma grande parcela do que está acontecendo de errado com os recursos naturais é devido o consumo desordenado. Quanto maior o poder de consumo do individuo, maior é a produção de resíduos sólidos pelos mesmos. Vale destacar que em troca do que se descarta de forma incorreta são adquiridas pela sociedade, as doenças como: zika vírus, vírus da chikungunya entre tantas outras doenças ocasionadas pelo desmatamento e o acúmulo do lixo.

Temos a plena consciência que o desmatamento é um dos principais e, mais grave problema ambiental da atualidade, sendo ele responsável pela destruição e modificação das florestas, matas e outras formações vegetais, tendo como consequências a destruição de varias espécies de animais ou plantas medicinais presentes nas matas e florestas Brasileiras.

As causas do desflorestamento e também a destruição das florestas é causada pela ação do homem, geralmente esse desmatamento é ocasionado pela exploração de madeira ou abertura de áreas para a agricultura e pecuária.

O desmatamento prejudica o meio ambiente e o clima, tornado as temperaturas, mais altas interferindo no sistema das chuvas. Não existe uma área específica para ocorrer o desmatamento, ele acontece em todos os lugares onde a presença de cobertura vegetação.

Além desses desastres causados pelo desmatamento, o lixo é um grande vilão da natureza. Através do lixo são encontrados bactérias, fungos, baratas, ratos, moscas, urubus, etc. que prejudicam a saúde dos seres vivos, bem como os recursos naturais.

E visível que tanto o desmatamento como o lixo, ocasionam consequências catastróficas na sociedade, sendo os problemas de saúde os mais sérios. Atualmente a preocupação em torno desses problemas ambientais vem despertando uma inquietação na sociedade.

Embora acompanhemos dia a dia a evolução espécie humana, observamos também o crescimento da degradação da natureza. Todo desenvolvimento econômico, principalmente os que estão atrelados a constantes mudanças no aspecto natural do meio ambiente, diante dessas mudanças que Azevedo (2008) relata que:

Os problemas ambientais da atualidade também são problemas que têm relação com aspectos socioculturais e históricos do ser humano relacionar-se com a natureza, em suas relações de produção e nas inter-relações travadas nessa dinâmica complexa e conflituosa, no cotidiano. (AZEVEDO GENOVEVA, 2008. p 59.).

É importante destacar que os seres humanos são os únicos responsáveis e capazes de

reparar os equívocos que vem sendo cometidos à natureza, no decorrer da história da humanidade industrial e consumista. No Artigo 225, capítulo VI da legislação do meio ambiente de (1996, p.14) relata que:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Diante do que foi exposto, sabe-se que é dever de todos e todas cuidar para que os problemas ambientais não venham tomar proporções de degradação, cada dia mais, capaz de exterminar a vida no planeta terra. Nessa perspectiva “Os problemas ambientais foram criados por homens e mulheres e deles virão às soluções. Estas não serão obras de gênios, de políticos ou tecnocratas, mas sim de cidadãos e cidadãs” (REIGOTA. 2006 p. 12).

Para que a espécie humana continue existindo, é necessário que haja um equilíbrio no uso dos recursos naturais. O elo do passado com o presente se faz com a sobrevivência das gerações. É difícil admitir que sejamos os únicos responsáveis por tudo que vem acontecendo no planeta, portanto se houver essa preocupação e respeito para com o meio ambiente, conseqüentemente estaremos deixando de herança, para os nossos descendentes, menos trabalho relacionado aos problemas ambientais.

3.1 Aspectos históricos sobre as políticas ambientais

A primeira Conferência Mundial sobre Meio Ambiente humano aconteceu em Estocolmo na Suécia em março de 1972, lá foi abordado à preocupação que todos deveriam ter em relação do que o meio ambiente vinha sofrendo, “O grande tema em discussão na Conferência de Estocolmo foi a poluição ocasionada principalmente pelas indústrias” (REIGOTA,2006. p,14).

Pode-se relatar resumidamente que na Conferência de Estocolmo foi discutida sobre as mudanças climáticas, qualidade da água, desastres naturais, desenvolvimento sustentável entre outras. Tendo como a principal organização responsável pela divulgação a UNESCO. Portanto: “a UNESCO é o organismo da ONU responsável pela divulgação e realização dessa nova perspectiva educativa e realiza seminários regionais em todos os continentes, procurando estabelecer os seus fundamentos filosóficos e pedagógicos”. (REIGOTA, 2006 PAG.15).

Com a proposta de divulgação para a preservação do meio ambiente coordenada pela UNESCO, foi disponibilizado material de orientação e conscientização, tais como: material impresso e palestras para as sociedades que foram assistidas durante as conferências. Todos os recursos utilizados, de alguma forma puderam conscientizar as populações sobre os problemas

ambientais que o planeta sofria na época.

Para Reigota (2006, p.17) os primeiros e principais problemas ambientais que foram debatidos:

Em Belgrado, na então Iugoslávia, em 1975, foi realizada a reunião de especialistas em educação [...]. Em Tibilissi, na Geórgia (ex-URSS), em 1977 realizou-se o primeiro Congresso Mundial de Educação Ambiental, onde foram apresentados os primeiros trabalhos que estavam sendo desenvolvidos em vários países.[...]. Muitos especialistas consideravam inútil falar em educação ambiental e formação e cidadãos enquanto vários países (inclusive o anfitrião) continuavam a produzir armas nucleares, impedindo a participação dos cidadãos nas decisões políticas. [...] a primeira ministra Norueguesa, Gro Brundtland, patrocina reuniões em várias cidades do mundo, inclusive São Paulo, para discutir os problemas ambientais e as soluções encontradas após a conferência de Estocolmo. (REIGOTA, 2006 PAG.16 E 17).

Um dos méritos estabelecidos nos debates, como por exemplo, no Clube de Roma na época, foi colocar os problemas ambientais em nível planetário. Nessa perspectiva vários países já preocupavam como preservar o meio ambiente. Reigota (2006 p.14), afirma que “o Brasil e a Índia, que viviam na época “milagres econômico” defenderam a ideia de que a poluição é o preço que se paga pelo progresso”.

Embora todos esses acontecimentos e proposições envolvendo ao meio ambiente, advindo da discussão de escala planetária, no Brasil também ocorreram e continuam ocorrendo problemas relacionados com o meio ambiente. Reigota (2006 p.15) destaca que: “No Brasil, o exemplo clássico é Cubatão, onde, devido à grande concentração de poluição química, crianças nasceram acéfalas; [...]”.

No Brasil em 1992 aconteceu no Rio de Janeiro o encontro internacional que teve como pauta a discussão dos problemas ambientais, o evento teve repercussão Mundial, conhecida por todos como Eco-92 ou Rio 92. Além desse assunto estava acoplado também o livro ‘o nosso futuro comum’, o qual Reigota (2006, p.17) relata que: “O livro o nosso futuro comum, também conhecido como relatório Brundtland, fornece os subsídios temáticos para a ECO-92”.

Anterior a Rio 92, já se havia no Brasil uma preocupação com as causas ambientais, diante dessa preocupação o governo federal resolveu criar a Secretaria Especial do Meio Ambiente – SEMA. Além de trabalhar em prol da conservação e preservação do meio ambiente outro objetivo do órgão foi fazer a educação ambiental.

O SEMA é um órgão Federal Brasileiro, o qual foi criado através do Decreto nº 73.030, de 30 de Outubro de 1973. De acordo a câmara legislativa:

Art. 1º. Fica criada, no Ministério do Interior, subordinada diretamente ao Ministro de Estado, a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), órgão autônomo de administração direta, nos termos do artigo 172 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, com a redação dada pelo Decreto-Lei nº 900, de 29 de setembro de

1969, orientada para a conservação do meio ambiente, e o uso racional dos recursos naturais. (BRASIL, 1973).

Vale destacar que dentre outras providencias:

Art. 11. O SEMA atuará de preferência, mediante convênio, através de órgãos executivos do MINTER e de outros Ministérios, Estados e Municípios e mediante contrato com empresas privadas, visando a realização de serviços de pesquisa, planejamento, controle e fiscalização relacionados com a conservação do meio ambiente, em particular no combate à poluição hídrica e do uso racional dos recursos naturais. (BRASIL, 1973, S/P).

É importante frisar ainda no art. 3º que: “Funcionará junto à SEMA um Conselho Consultivo do Meio Ambiente (CCMA), [...] em assuntos relacionados com a utilização racional de recursos naturais e preservação do meio ambiente”. (BRASIL, 1973, s/p). Os assuntos relacionados com preservação do meio ambiente não são só de responsabilidade do SEMA, é competência de diversos órgãos que tem por objetivo preservar o meio ambiente para que não venha faltar às futuras gerações. O Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), é o principal órgão do Governo responsável para cuidar do tesouro ambiental em todo território nacional.

A Lei nº 7.735 de 22 de fevereiro de 1989, está vinculada ao Ministério do Meio Ambiente (MMA), o mesmo têm como objetivo a preservação, a recuperação da qualidade do meio ambiente. Esse mesmo órgão também ajuda a assegurar o desenvolvimento econômico, mapeando o uso sustentável dos recursos naturais disponíveis no território brasileiro.

Sobre o que é o IBAMA, o ECO (2013, p.1) explica que:

O IBAMA é resultado da fusão de 4 entidades que, até então, atuavam separadamente na área ambiental, e que tiveram suas atribuições fundidas no novo órgão: Secretaria do Meio Ambiente (SEMA), Superintendência da Borracha (SUDHEVEA), Superintendência da Pesca (SUDEPE) e Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF). As atribuições integração de atribuições. [...] foi atribuído ao IBAMA o poder de polícia ambiental. Aqui estão incluídas as funções de: implementar o Cadastro Técnico Federal; fiscalização ambiental e a aplicação de penalidades administrativas; geração e disseminação de informações relativas ao meio ambiente; monitoramento ambiental, principalmente no que diz respeito à prevenção e controle de desmatamentos, queimadas e incêndios florestais; apoio às emergências ambientais; execução de programas de educação ambiental; elaboração do sistema de informação e estabelecimento de critérios para a gestão do uso dos recursos faunísticos, pesqueiros e florestais; dentre outros. Em 2007, criou-se o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), que tirou do IBAMA a gestão das unidades de conservação nacionais. Desde então, o ICMBio passou a ser o órgão especializado na administração das áreas protegidas federais, que compõe quase 9% do território brasileiro.[...]

Ainda preocupado com a forma de exploração dos recursos naturais e poluição do meio ambiente, o governo Brasileiro cria em 1982, sob a lei nº6.938/81 o Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA. Este órgão passa a orientar o governo federal as linhas de políticas governamentais para a exploração e preservação dos recursos ambientais.

Nos últimos 30 anos, o Brasil vem disciplinando sobre a proteção ambiental, em boa medida, devido à produção normativa do CONAMA, [...] a resolução CONAMA n°1, de 1986, que estabelece as diretrizes para a avaliação de impactos ambiental e a Resolução CONAMA n°18, também de 1986, que criou o programa de controle de poluição do ar por veículos automotivos (BRASIL.2012 p.10).

Portanto e percebido que o CONAMA, bem como o IBAMA e outros órgãos do governo tem trabalhado para orientar as ações humanas sobre o meio ambiente. Por outro lado, as políticas que garantem a expansão do agronegócio acabam atuando de forma contraditória sob a real necessidade de se preservar o meio ambiente.

Nessa perspectiva, a “Carta de Belgrado” elaborada logo ao final do encontro realizado em Belgrado, Iugoslávia em 1975, permanece sendo ainda referência no que se diz respeito às questões ambientais atual, nesta carta vem afirmando textualmente que:

Governos e formuladores de políticas podem ordenar mudanças e novas abordagens para o desenvolvimento, podem começar a melhorar as condições de convívio do mundo, mas tudo isso não passa de soluções de curto prazo, a menos que a juventude mundial receba um novo tipo de educação. Esta implicará um novo e produtivo relacionamento entre estudantes e professores, entre escolas e comunidades, e entre o sistema educacional e a sociedade em geral. (CARDOSO E MARTINS, 2016, P.13).

Ao ter conhecimento da carta de Belgrado, é visível a preocupação com os problemas ambientais, essa preocupação acaba não sendo um problema de uma pequena população, mas de todos. Dessa forma, acredita-se que uma educação diferenciada e pensada na preservação do meio ambiente, possa sim ser uma solução para grande parte desses problemas, como: o lixo, desmatamento, fogo entre tantos outros acontecimentos ambientais.

A primeira iniciativa para as soluções dos problemas ambientais deve ser pensada a partir dos governantes. Esses aspectos já vêm sendo discutidos em pauta, mas infelizmente é bem lenta, ao passo que as providências a serem tomadas para mitigar os problemas ambientais, são emergentes.

Os recursos naturais devem ser, mais bem fiscalizados, pois a falta de administração competente vem prejudicando não só os moradores das cidades, mas também os povos indígenas. Não se pode deixar de enfatizar que a sociedade civil é parte integrante desse processo, pois é na parceria governo e sociedade que será possível gerir melhor os recursos naturais.

4 TERRAS E POVOS INDÍGENAS APINAYÉ: CULTURA, TRABALHO E DRAMAS AMBIENTAIS.

Sabe-se que as terras dos povos indígenas há muito tempo é pesquisadas por inúmeros estudiosos, com o intuito de saber, um pouco mais sobre cada etnia existente. Portanto:

Desde os primeiros tempos da colonização, diários e documentos de viajantes, a principiar pela carta de Caminha, fazem referências ao índio. Os grandes clássicos da etnografia brasileira- Anchieta, Nóbrega, Hans Shtaden, Jean de Léry, Gabriel Soares de Sousa, Gandavo, Fernão Cardim - que viveram algum tempo entre eles, são os percussores do estudo do índio brasileiro (AZEVEDO AROLDO APUD. RODRIGUES LUIZ MELO 1970 p.188).

Diante da exposição feita pelo autor, pode se perceber que desde o descobrimento do Brasil, os índios são alvos de estudo principalmente, por terem costumes e tradições diferentemente dos homens brancos. Por outro lado, todo esse estudo foi insuficiente para que o homem branco, na sua totalidade compreendesse e respeitasse a cultura indígena.

O Art. 231 da Constituição Federal faz referências a garantias de proteção aos povos e a cultura indígena. Nesse sentido o Artigo 231 da Constituição federal de 1988, afirma que: “São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.” (BRASIL.1988, p. 150).

É visível que a constituição de 1988, tinha como foco, garantir através do artigo 231 a proteção dos povos indígenas, mas que na verdade esses direitos não são reconhecidos e muito menos respeitados. Pois há na atualidade vários casos de violências contra os povos indígenas, bem como suas terras.

Nas terras indígenas Apinayé no norte do Tocantins ocorrem constantes conflitos entre fazendeiros e indígenas, o objetivo estar sempre relacionadas com a demarcação de terra, isso porque as terras indígenas estão paralelas as terras de fazendeiros. Muito casos de conflitos que envolvem indígenas e o homem branco, é porque as terras indígenas estão sendo raptadas ou exploradas por latifundiários, madeireiros e/ou grileiros.

Mesmo que os fazendeiros tenham conhecimento sobre existência de leis que garantem aos povos indígenas a preservação de suas terras, os mesmos não se intimidam em roubar os territórios destinados à reserva indígena. Portanto a lei nº6.001, de 19 de Dezembro de 1973, tem como objetivo preservar os direitos dos indígenas. Mas que na verdade esses direitos garantidos não estão sendo resguardados com eficiência.

Portanto apesar de muitas lutas e conquistas de territórios pelos povos indígenas, ainda

no Brasil existem muitas terras que devem ser demarcadas. No entanto, os processos de reconhecimentos e demarcações de terras indígenas, são situações que levam longos anos para serem regularizadas, logo porque todas essas demandas sempre estão atreladas a interesse político.

Em quanto há essa demora, os indígenas sofrem com as ameaças de latifundiários e madeireiros e alguns casos ocorre os violentos conflitos com vítimas fatais. De outra forma, ao conhecer os povos tradicionais, mesmo sem manter o contato físico, é possível entender a sua importância nos cuidados com a natureza. Além disso, mesmo distante, aprendemos muito com os nossos entes queridos a respeito dos povos indígenas.

Segundo os indígenas Apinayé tudo que estiver disponível dentro do território pode ser desfrutado pelos mesmos, da forma como “bem entenderem”, sempre tendo a consciência e o respeito pela mãe natureza, todos cuidam da preservação ambiental para que não venha faltar às futuras gerações. Um exemplo claro da preservação dessas terras é a condição ofertada por ela aos indígenas, para que possam sobreviver a partir da extração do agro extrativismo mineral e animal.

Para Oliveira (2010 p.14):

“O extrativismo praticado de forma sustentável é importante, pois pode gerar renda para muitas pessoas e, ao mesmo tempo, contribuir para a conservação do Cerrado, protegendo sua diversidade de plantas e animais, as nascentes, cursos d’água e a riqueza cultural de seus povos.”

Desta forma é importante a conscientização por parte de cada morador da comunidade indígenas para a preservação de seus costumes. Vale destacar que muitos desses hábitos tem ganhado espaço fora das comunidades indígenas, muito dos costumes, como, dormir em redes, ficar de cócoras, a prática da queimada para o preparo da terra a ser plantada os alimentos, tomar banho todos os dias, as canoas, utensílios feitos de barro entre muitas outras coisas foram adotados pelo homem branco.

Já na parte das comidas somos ainda, mais adeptos, por exemplo, as comidas a base de batata-doce, mandioca, milho, palmitos, frutas como o guaraná entre tantas outras. Ainda tem as plantas que utilizamos como remédios, o nosso folclore também tem muito dos povos indígenas. Os homens brancos/Kupê, assim denominados pelos povos indígenas, têm pouco contato com os indígenas. Por outro lado, mesmo quem nunca teve a oportunidade de ir a uma aldeia, pode ter esse conhecimento através dos livros, principalmente a data do dia 19 de abril, onde é comemorado o dia do índio.

4.1 Vivências e moradias dos Apinayé da aldeia São José

Atualmente a Aldeia São José, como mostra a figura 02 encontra-se, mais estruturada sob o ponto de vista da infraestrutura, em relação às demais aldeias espalhadas na reserva dos Apinayé. Essa aldeia possui: Escolas de nível fundamental e médio, e um posto de saúde.

Fotografia 02: Imagem aérea da aldeia São José



Fonte: Disponível em: <https://earth.google.com/web/@-8.795181,46.62020979,40.90854977a2284909.37579155d,35y,0,0t,0r>

Vale destacar que a boa infraestrutura da aldeia torna-a como ponto de base para as demais aldeias. Também é importante relatar que representante atual da aldeia, é o cacique Sr. Luiz Dias Sousa Apinayé. É esse o chefe da comunidade indígena, responsável para administrar os prédios públicos de seu povo e também outras demandas cabíveis ao seu cargo de cacique.

A grande maioria dos moradores desta aldeia ainda mantem costumes dos seus antepassados, vivem em casa de pau-a-pique construídas diretamente de recursos naturais retirado da própria natureza. Ao longo da história dos povos indígenas é sabido que eles preferem residirem na zona rural, e distante do barulho das cidades. Outro fator importante é que a principal fonte de renda desse povo está nas matas.

Segundo Da Mata (1976.p. 33) os indígenas “[...] preferem localizar suas aldeias no

campo, utilizando a mata para a caça e agricultura. As aldeias ficam localizadas no alto de colinas [...]” como o autor citou, é nessa localização que eles encontram uma melhor condição de vida para todos os povos indígenas.

Sabe-se que as culturas dos povos nativos são diferentes da cultura do homem branco, os quais são chamados pelos próprios índios Apinayé de (kupê). Os povos indígenas vivem de acordo com o que acham necessário para a sua sobrevivência. Segundo Guedes apud Andrade (2012, p.27) “o homem transforma sempre o espaço em que vive e ao transformá-lo, transforma a própria natureza”.

O homem transforma o espaço que vive da seguinte maneira, se ele precisa construir uma casa ou fazer uma roça em um local de mata, será necessário primeiro desmatar o local, para que aja essa construção ou a roça, e, ao finalizar a construção o espaço irá ter outro aspecto diferente do anterior. Se este local for desmatado apenas com o propósito da construção ou da produção de subsistência, ele estará degradando o mínimo possível, o meio ambiente.

É nessa dinâmica de transformação do espaço é que vive a maioria das comunidades indígenas, espalhadas por todo o Brasil. Esses povos ainda mantêm aspectos importantes que os diferenciam de tantas outras comunidades.

Um desses aspectos é que a maioria das aldeias é construída em forma de círculos e o, mais importante é que as casas são feitas de pau-a-pique conhecidas como casa de barro ou taipa. Os indígenas usam o mínimo e necessário para a construção das suas casas, preocupando-se sempre em preservar os recursos naturais. No caso dos Apinayé, a principal matéria da construção dessas casas é o barro e a palha do coco babaçu, encontrado com abundância na região norte do Estado do Tocantins.

A construção ocorre da seguinte maneira: o dono da construção vai até a natureza, recolhe os materiais a serem utilizados na confecção da casa, como mostra a figura (03). Da mata é retirado a madeira, a palha de babaçu e os cipós. Do solo é extraído o barro e a água.

A madeira é colocada na base vertical e fixada no solo, levantando assim a estrutura da casa. Logo em seguida, faz-se a estrutura do teto e cobre com a palha do babaçu, que com o auxílio dos cipós, são fixadas na madeira do teto da casa.

Depois de feito a cobertura, inicia-se o levantamento das paredes da casa. Para isso, é colocado um madeiramento na horizontal, onde estes são amarrados na madeira fincada no chão, com os cipós. Esse entrelaçamento acontece em toda construção dando assim a origem a um grande painel de formato vazado que em seguida vai ser preenchido com barro. O barro tem que ser preparado no dia que for preencher o espaço que se encontra vazado, podendo também ser preenchido com o barro e sólido.

Figura 03: Casa dos povos indígenas Apinayé em processo de construção no município de Tocantinópolis - TO.



Fonte: Silva, Jéssica Adriana dos Santos 18/09/ 2018.

Após a parede está toda estruturada, começa a encher a mesma de barro. O mesmo deve ser preparado com água para dá liga e fixar nas paredes. Outra opção é preparar o barro na forma de um tijolo, e coloca-lo nos espaços do madeiramento da parede, porém, o trabalho é mais demorado.

O preparo do barro acontece da seguinte maneira: o barro deve ser molhado aos poucos, ao mesmo tempo em que se molha ele deve ser mexido para que a água venha penetrar no mesmo. O ponto certo deve apresentar uma forma homogenia, mas com um aspecto firme que possibilita o construtor pegar esse barro com as mãos fazendo uma bola de barro para colocar dentro do local vazado.

Ha também outra maneira de manipulação do barro que seria colocar os pedaços de barro secos e depois passa a textura também de barro bem, mas mole para tornar a parede lisa, como é mostrado na figura (4). Mas vale destacar que a primeira opção de manipulação do barro e confecção das paredes é a, mais viável e utilizada. Pois a construção é bem mais rápido o que aperfeiçoa tempo de trabalho.

Deste modo todos os vazados devem ser preenchidos com o barro, formando assim as laterais/parede da casa. Esse tipo de construção depende muito dos proprietários, muitas das vezes ficam com o formato rústico, apenas a colocação do barro sem nem um tipo de acabamento, pode ainda pensar em um formato, mas liso para receber pintura depois que o barro secar.

Figura 04: A esquerda Casa do Cacique Luiz Dias Sousa Apinayé e a direita casa do Sr. Davi Wamimen Chavito Apinagé na aldeia São José no município de Tocantinópolis- TO.



Fonte: SILVA, Jéssica Adriana dos Santos 18/09/ 2018.

As figuras (4 e 5) mostra as casas de pau-a-pique construídas com seus respectivos materiais, dentro das aldeias. Olender (2006 p.09): destaca que:

O pau a pique ou taipa de mão, como também é conhecido, representa uma das primeiras técnicas construtivas no Brasil, tendo sido usada em uma considerável parcela dos edifícios que integram o patrimônio cultural brasileiro, muitos deles fazendo parte de núcleos urbanos reconhecidos mundialmente pela UNESCO como patrimônio da humanidade.

É do conhecimento de muitos que uma grande parte da população Brasileira conhece ou ouviu falar desse tipo de construção, principalmente os moradores dos interiores, que além de conhecer, ainda moram em casas da mesma natureza. Sabe-se também que a técnica da construção das casas de pau-a-pique não é recente, especificamente nas aldeias, bem como em todo o Brasil.

Na aldeia São José, existe também duas (02) casas construídas de tijolos. Essas duas casas, atualmente esta sendo ocupadas, uma como residência indígena, porém, esta, antes era ocupada por missionários e pesquisadores que trabalhavam ou desenvolvia pesquisas por períodos curtos na aldeia. A outra casa tornou-se uma rádio comunitária local, esta também, antes era ocupada como sede da FUNAI. Os estabelecimentos públicos, como a Escola Estadual Mâtyk, e o posto de saúde, possuem as mesmas estruturas das casas.

Os indígenas passam a maioria do dia, assim como os não indígenas, realizando tarefas de seus costumes obrigatórios, sejam elas na construção de moradia, na roça ou na floresta procurando colher alimentos para o sustento de seus familiares. É necessário destacar que a base da alimentação dos povos indígenas locais, é garantida através da caça, da pesca, da

roça de toco que é preparada para o plantio nas primeiras chuvas de outubro pra novembro. Portanto os indígenas Apinayé da região do Bico do papagaio aproveitam as épocas chuvosas para plantar alimentos para o consumo de suas famílias. Vale destacar que as comunidades tradicionais de toda essa região são bastante privilegiadas com as precipitações em abundância que contribui de forma significativa no cultivo das roças.

4.2 Biodiversidade da aldeia São José

A Região do Bico do Papagaio possui um clima tropical seco, com precipitações anual variando entre 1.750 e 2.100 mm (CARNEIRO E VIOLA 2013). O que coloca as terras dessa região como umas das mais produtivas do estado do Tocantins.

A vegetação das terras Apinayé é composta pelo bioma Cerrado, dentre as principais espécies de plantas está a vegetação dos babaçuais. Essa uma espécie de palmeiras, rica em matéria prima, além disso, concentra uma identidade cultural para os povos nativos e não índios da região, como por exemplo, as quebradeiras de coco-babaçu.

Nesta mesma vegetação de cerrado têm-se como vegetação principal, árvores de galhos circunflexos de pequeno e médio porte, onde podemos citar o caso do pequi, o bacuri, bem como tantas outras árvores. Suas raízes são capazes de encontrar águas bem profundas, além de possuírem cascas bem resistentes.

Vale ressaltar que o solo da aldeia São José apresenta características de solo arenoso esse tipo de solo e chamado também de "solo leve". Além do solo arenoso a também o solo argiloso bastante encontrado nas margens dos ribeirões ambos possuem texturas diferentes, logo por que:

Para Torres e Saraiva (1999, p.11)

Normalmente os solos arenosos apresentam alta macroporosidade e, dependendo da preservação dos teores de matéria orgânica e da atividade biológica, tendem a proporcionar condições satisfatórias ao crescimento das raízes. Nos solos argilosos, a situação é mais complexa. Em condições naturais, esses solos possuem boa macroporosidade, em torno de 15 a 25%, porém, em condições de cultivo, a macroporosidade pode diminuir drasticamente. O cultivo e o manejo do solo afetam a estabilidade e a continuidade desses espaços, incluindo as fendas, as estruturas mais frágeis e os bioporos.

É importante frisar que nesse tipo de solo é encontrado varias espécies de frutas, só no Tocantins “Foi registrado um total de 71 espécies frutíferas de valor alimentício, pertencentes a 23 famílias botânicas, para o estado do Tocantins”. (PEREIRA E SANTOS. 2015 p.05). Entre essas estar: pequi, buriti, bacaba, Jussara, bacuri, entre tantas outras ambas encontradas com abundancia nas terras da Aldeia São Jose.

Outro tipo de vegetação encontrada na terra indígena apinayé são os babaquais uma vegetação que contém a palmeira do coco babaçu, uma planta elegante muito presente nas aldeias e em toda região do norte do Bico do Papagaio. A palmeira do Babaçu tem muita importância para os povos indígenas, porque dela é confeccionada os cofos, esteira, abanos, a própria moradia, são tantas as utilidades que essa palmeira possui. Dessa palmeira tudo se aproveita nada se perde, desde suas raízes até as folhas. Pois é dessa palmeira que os indígenas retiram o óleo/azeite para sua alimentação, e produz seu próprio sabão de modo artesanal.

Além dessa infinidade de frutos, sementes e vegetações, as terras indígenas, especificamente a aldeia São José dispões de diversas espécies de animais, sendo domésticos e selvagens, como: tatu, peba, onça pintada, onça preta, onça parda, jaguatirica, caititu, paca, capivara, macaco, veado, anta, jacaré, lontra, papagaio entre tantos outros. Segundo os moradores da aldeia tem animais que são muito “difícil de ver como, por exemplo, as onças que ficam mais afastados da aldeia, ficam mais nas matas”. Lembrando que alguns desses animais são base da alimentação dos próprios indígenas, como, por exemplo, o tatu, capivara, macaco, veado entre outros. A tabela a seguir mostra as diversidades de animais e também de aves existente na aldeia.

Tabela 1: de animais encontrados nas terras indígenas Apinayé

Animais encontrados	
Os Felinos	Onça Pintada
	Onça Preta
	Onça Parda
Jaguatirica	Anta
Raposa	Jacu
Guaxinim	Pomba galega
Paca	Jaó
Cotia	Lambu
Caititu	Papagaio
Peba rabo de couro	Rolinha
Tatu	Peixes
Capivara	Ema
Lontra	Inhuma
Jacaré	Macaco
Mucura	Guariba
Camaleão	Veado

Fonte: Silva, Jéssica Adriana dos Santos (2018).

Outro elemento relevante existente dentro da aldeia que é indispensável à vida dos indígenas são os ribeirões, pois são de fundamental importância para existência dessas comunidades. Os principais ribeirões que passa dentro dessa aldeia são os Ribeirões Prata e o São José, nome dado as aldeias.

Desses ribeirões é retirado o peixes para a alimentação desses povos. Vale ressaltar que além desses ribeirões da aldeia São José existe outros ao longo das terras indígenas como: Botica, Bonito, Pecobo, Matrinchã.

Na figura (4) é exposto um dos ribeirões citado anteriormente, o São José.

Figura 05: Ribeirão São José



Fonte: Silva, Jéssica Adriana dos Santos. 18/09/2018.

Vale destacar que os moradores indígenas, especificamente os mais jovens, pescam tanto nos ribeirões como no rio Tocantins, utilizando anzóis e redes. Vale frisar também que as mulheres pescam nos córregos e lagos próximos da comunidade. Os Apinayé ainda possuem costumes tradicionais para pescar os peixes, utilizado uma planta chamada tingui. Para TXICÃO (2016), essa planta é um arbusto leguminoso que, lançado na água doce, tem a propriedade de envenenar o peixe, sem que a carne deste se torne tóxica.

O preparo ocorre da seguinte maneira: Após a colheita da planta é tirada apenas as suas raízes, em seguida as mesmas são batidas/socadas com o objetivo de liberar um líquido que a planta fornece, essa substância retirada da planta é levado ao local da pescaria e jogada junto com as raízes na água, com o propósito de deixar os peixes embebedados. Essa substância faz com que os peixes sobrenadam até a superfície da água, possibilitando assim que os pescadores os capturem com facilidade. Essa prática de pesca acontece uma única vez por ano,

especificamente na véspera da semana santa.

Em suma, a paisagem e vegetação presentes na aldeia São José, além de enfeitar o lugar também refugia os animais que por lá vivem. Também essa vegetação é de fundamental importância para a proteção e preservação dos ribeirões. As matas de galeria e as matas ciliares cobrem as margens dos ribeirões até desagüarem no rio Tocantins, ajudando, na manutenção de suas águas e principalmente contribuindo para a permanência e preservação dos costumes e tradições da comunidade indígena Apinayé.

Nesse sentido, as terras indígenas têm sido extremamente importantes para a preservação da água e de outros recursos naturais. Como se sabe, a preservação das florestas faz parte da cultura dos povos indígenas, com isso além de manter preservadas, a fauna e a flora, garantem também sua sustentabilidade.

4.3 Roça: espaço de trabalho, produtividade familiar e cultura dentro da comunidade indígena São José

A roça feita dentro da reserva indígena Apinayé, é realizada da mesma forma em todas as demais aldeias. Segundo Da Matta (1976.p.33) “[...] as roças sempre se localizam nas suas vertentes do lado do ribeirão, onde um pedaço da mata ciliar foi domesticado”.

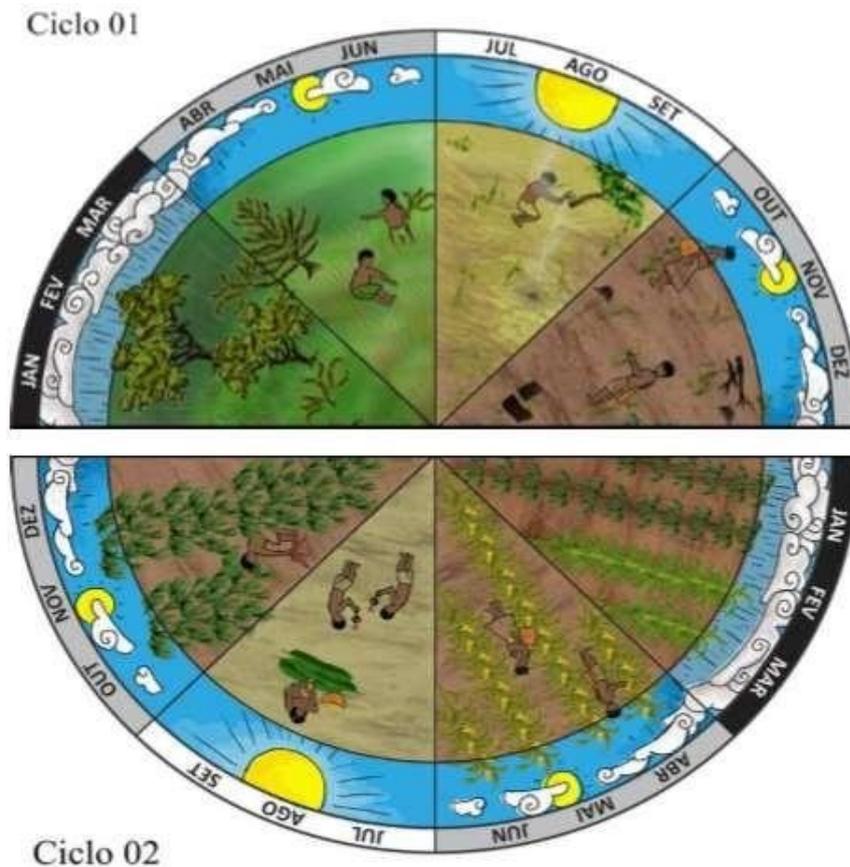
Os indígenas costumam fazer a roça no mês de junho. Primeiramente a roça começa com a escolha do terreno a qual é feita da seguinte maneira: é escolhido um pedaço de mata virgem, que por sua vez é derrubada pelos indígenas, ainda no mês de junho. Depois os indígenas esperam secar por dois meses, Julho e Agosto.

O tamanho determinado do terreno desmatado para fazer a roça é realizado de acordo com o tamanho da família, sendo assim, exclusividade da família os alimentos produzidos na roça. Segundo o Sr. Gilberto Pereira Apinayé (2018) residente da aldeia Abacaxi “só é autorizado à derrubada da mata se for produzir o necessário para alimentar a família, evitando assim desperdício”.

Gilberto P. Apinayé relata ainda que no mês de Setembro, por volta do dia 10 a 15 começa a tocar fogo na mata que foi derrubada, nos meses anteriores. Depois da queima, espera novamente quinze (15) dias para poder esfriar o terreno, para só então poder brocar/limpar os pedaços de gravetos e tocos que o fogo não queimou. Essas roças são chamadas de “roça de toco ou roça de coivara”.

Abaixo foi inserida uma fotografia (5) de uma ilustração que mostra como é realizado o calendário anual dos plantios desenvolvidos dentro da aldeia São José.

Figura 06: Calendário socioecológico



Fonte: Ribeiro (2016).

As etapas de preparos do terreno para fazer as roças, representadas na figura acima, são necessárias para o sucesso da produção. Sobre estas etapas, Ribeiro (2016, p.74), diz:

Para melhor entendimento do calendário e do ciclo de plantio e colheita, foi necessário exemplificar de acordo com os dois espaços para cultivos correspondentes a dois ciclos de roça, identificados no mapa como Ciclo 01, correspondente ao primeiro terreno e o Ciclo 02, ao segundo terreno.

Vale destacar que os primeiros processos mais pesado dessa atividade é a derrubada e a queima, essas primeiras etapas do preparo do local do plantio é feito pelos homens. Enquanto esse processo estar acontecendo, as mulheres tem a função de cuidar da alimentação para levar aos trabalhadores que estão na roça e outras afazeres domésticos.

Na figura (07) a seguir, mostramos um terreno já queimado que será feito a roça na aldeia São José.

Figura 07: roça de toco indígena no processo da limpeza.



Fonte: SANTOS, Milena dos 18/09/2018

Logo após a queima, é esperado as primeiras chuvas que chega de outubro pra novembro. Assim que a terra recebe as primeiras chuvas, a vegetação começa a brotar novamente e assim que a mata já esteja nascida, então começa novamente a limpeza da roça. Nessa etapa, o trato da roça é feito por toda a família, homens, mulheres e crianças.

Assim que a roça estiver toda limpa, inicia-se o plantio. Outras limpezas na roça serão feitas de acordo a necessidade. Por exemplo, a “segunda limpeza na roça só é necessária no caso do plantio do arroz”, relato fornecido pelo indígena Apinayé Sr. Edmar Xavito Apinayé / aldeia Patizal.

As mulheres têm um papel fundamental dentro da roça, desta forma Ribeiro (2016, p.66) expõe que:

As mulheres Apinajé são, em sua maioria, responsáveis por suas roças. [...] Cuidavam de seus cultivos com a mesma destreza que cuidavam de seus filhos, netos e maridos, lidando com as plantas das roças como filhas não só durante o plantio, mas durante todo o processo até o momento da colheita, preocupando-se em ter uma roça bonita para ninguém de fora falar mal e dizer que são preguiçosas.

A colheita é realizada pela família ou também em forma de mutirão entre os indígenas da comunidade, essa técnica de coletividade é realizada pela família tanto no plantio quanto na colheita. No final do período chuvoso são realizadas as colheitas dos diversos produtos plantados. Ao fim da colheita, os envolvidos na atividade, dividem a produção entre si, uma quantidade de alimentos é destinada á alimentação de boa parte da comunidade durante as

celebrações.

A separação desses alimentos produzidos na roça é destinada as celebrações que acontecem dentro da aldeia São José. As festas são referentes a agradecimentos de boas colheitas. Os indígenas aproveitam esse momento de festança para realizar batizados, festa da tora grande e tantas outras festividades que dependem da comida para acontecer.

A Tabela a seguir mostra como e feita a divisão do trabalho no preparo, na manutenção e na colheita da roça.

Tabela 02: divisão de trabalho

Etapas	Roça familiar	
	Homem	Mulher
Escolha do terreno	X	
Broca	X	
Derruba da mata	X	
Queimada	X	
Coivara	X	X
Plantio	X	X
Limpeza	X	X
Colheita	X	X
Transporte	X	X
Replantio	X	X

Fonte: Silva, Jéssica Adriana dos Santos, 2018.

Além da roça tradicional realizada por moradores da comunidade indígena, ainda tem se desenvolvido a roça mecanizada, ou seja, a roça que não disponibiliza da mão de obra braçal, é usada tratores para fazerem todo o trabalho desde o preparo do solo até o plantio. Quando acontece a roça mecanizada dentro das aldeias todos da comunidade tem direito de plantar e colher no mesmo local.

A garantia que os povos indígenas têm para fazer suas roças todos os anos é porque os mesmos manténs suas florestas preservadas, além disso, controlam o fogo para não destruí-las.

Mesmo assim, vale ressaltar que as roças nem sempre são feitas no mesmo local, isso vai depender da produção. Às vezes quando não é lucrativa deve ser feita em outro local

Em depoimento do Sr. Gilberto pereira Apinayé (2018) relata que:

Em relação do tempo que a roça fica sendo plantada no mesmo local depende muito da colheita, se for uma colheita lucrativa o local da roça permanece no mesmo lugar. É se o lucro não for satisfatório é escolhido outro lugar para planta onde é realizado novamente todo o processo inicial que é a derrubada da mata/capoeira para o plantio da roça.

Os alimentos mais cultivados e produzidos na roça são: mandioca, milho, feijão, batata doce, abobora, fava e arroz. No entanto o arroz vem sendo deixando de ser plantados pelos indígenas. O motivo, eles não explicam, diz apenas que preferem comprar em vez de plantar. Já no caso da mandioca o processo é um tanto diferente, a partir do momento que a maniva (parte do caule da mandioca) e plantada deve se espera alguns meses para que esse alimento seja colhido para o consumo.

Apesar da mandioca está ainda com as raízes bem finas, a partir do sétimo mês ela encontra-se pronta para o consumo. Vale destacar que o ideal para colheita da mandioca será após um ou dois anos, quando as raízes já estão grossas. Depois desse período a mandioca é colhida e consumida de diversas formas (farinhas, massas de beiju, bolo, mingau entre outras), portanto a mesma é um ingrediente de fundamental importância para subsistência dos indígenas Apinayé produzidos na própria roça.

Com isso temos o conhecimento que dentro da cultura indígena os alimentos produzidos na roça são pertencentes exclusivamente ao grupo familiar. Ribeiro, (2016 p.66) esclarece que: “Quanto às roças, a propriedade coletiva pertence à família. Mas a roça em si é propriedade da mulher. Em caso de divórcio, será de posse da mesma”.

O autor destaca ainda que:

O sucesso da agricultura Apinajé se insere na diversidade dos cultivos e também nas relações sociais, pois há sempre uma intensa troca. Assim como o Mito da Estrela-Mulher, que trouxe as sementes do céu de outro lugar, a roça também é um lugar aberto e feito de trocas, na qual as sementes são recebidas e repassadas, fortalecendo assim a diversidade agrícola de suas roças.

Sabemos que os povos indígenas têm uma relação muito íntima com os alimentos que consomem. Essa afinidade acontece desde o seu plantio, onde envolvem reflexões que vão de acordo com cada necessidade a serem desenvolvidos pelos povos indígenas, esses alimentos são cultivadas em ambas as roças a tradicional e também a roças mecanizadas.

Em entrevistas os indígenas relatam que, os alimentos produzidos na aldeia São José, da para alimentar a família por 4 a 5 meses. Mas nem sempre a produção é suficiente para manter o ano todo, dessa forma, quando acabam os alimentos produzidos na roça, a alimentação desses povos é complementada com alimentos adquiridos no mercado local, na cidade de Tocantinópolis.

Portanto ao realizar a roça para o plantio de alimentos, os indígenas também utilizar

esse momento para fins “didático-pedagógico”, pois aproveitam as atividades produtivas para ensinar seus costumes aos, mais novos. Sendo assim a comunidade, mas velha responsável por repassar saberes da cultura aos, mas novos. Dentre esses saberes e tradições, está a preservação e manutenção dos recursos naturais, que para os povos indígenas são essenciais.

4.4 Problemas ambientais presente na Aldeia São José

Durante a pesquisa de campo realizado na aldeia São José, nos observar que a comunidade procura repassar para os , mais novos todos os saberes de suas origens, principalmente a importância da preservação do meio ambiente. Essa ação visa controlar ou amenizar os problemas ambientais presente na comunidade.

Através do estudo formal nas escolas e não formal adquirido pelos moradores da comunidade os , mais novos aprendem o que é a tradição de seu povo e também a visão de mundo. Todos esses conhecimentos, também são adquiridos pelos professores e funcionários da escola, juntos, escola e comunidade buscam mecanismos para conscientizar a comunidade à importância dos cuidados com a natureza.

O principal problema observado na aldeia São José está relacionado ao lixo, que fica exposto, causando risco de doenças à comunidade. Como destaca a FUNASA (2013) apud, Lima (2013, p. 6):

O lixo espalhado no meio urbano contribui para os agentes transmissores de doenças que sobrevivem e reproduzem pela alimentação desses rejeitos como os ratos, baratas, moscas e mosquitos, podendo contaminar os seres humanos por transmissão direta – por meio de micro-organismos (bactérias, vírus, protozoários e vermes), patogênicos em contato com o lixo, transmitindo doenças aos que manuseiam estes rejeitos; e transmissão indireta – estendendo a mais pessoas, advindas pela contaminação do ar, da água, do solo e por vetores de doenças como insetos.

A comunidade indígena tem mostrado enorme preocupação com o lixo amontado na comunidade, pois sabem que a qualquer momento algum indígena pode contrair enfermidades a partir do lixo, e até ir a óbito, como já aconteceu. Como se sabe, os depósitos de lixos são compostos desde matéria orgânica até material radioativo, o que facilita a aproximação de vários animais e outros transmissores de doenças.

No caso específico, o lixo encontrado com, mais abundancia, são: sacolas plásticas, ferro velhos, fraldas descartáveis, garrafas e latas de cerveja, embalagem dos mais múltiplos produtos como litros de óleo, litros de leite, roupas velhas que não serve mais para o uso entre outros. Segundo relatos do indígena Célio Ribeiro Dias Apinayé. O órgão responsável pela coleta de lixo era a FUNASA (Fundação Nacional de Saúde), mas o serviço de coleta foi

repassado para outra empresa, como mostra o relato a seguir:

Atualmente o lixo coletado nas aldeias indígenas é feita pela a SENSAL ela é responsável de fazer a coleta de lixo em todas as aldeias, é responsável também pelo funcionário que faz o serviço para a coleta. A SENSAL têm apenas um funcionário para fazer o serviço em 24 aldeias em cada mês que passa ele faz essa coleta uma vez por mês em cada aldeia. Depois que a SENSAL se responsabilizou de fazer esse serviço,todas as aldeias mudaram de cara é nisso se vê mais lixo nas ruas das aldeias.Mas nesses últimos meses do ano de 2017 de Janeiro a setembro o funcionamento não passou mas nas aldeias para fazer a coleta, com esse atraso da coleta,esta tendo alguns casos acontecendo em algumas aldeias inclusive na aldeia Furna Negra onde eu resido,as comunidades estão reclamando do lixo é falta de sacos para as coletas.Segundo as comunidades da aldeia Furna Negra,com a falta de coletas de lixos nesses oito meses o lixo esta ficando cada vês mais sendo jogado em lugares não apropriados das aldeias sujando tudo.As pessoas pouco sabem o que o lixo Traz é faz.Em 2000, na aldeia São José na época que a FUNASA que administrava a saúde indígena Apinayé não se preocupava com o lixo nas aldeias e não tinham o funcionário para fazer a coleta. Naquele ano morreram muitas crianças que pegavam doenças através de lixos que tinha na aldeia São José. Esses fatos trouxeram muitas conversas com o órgão que é responsável pela saúde indígena Apinayé,depois disso mudaram ate o nome do órgão de (FUNASA) para (SENSAL) isso melhorou algumas coisas a SENSAL passou a ser responsável pela coleta é até pelo carregamento ate o aterro,com parceria com a prefeitura de Tocantinópolis- TO.(CÉLIO RIBEIRO DIAS APINAGÉ 2018).

Percebe-se que essa questão do lixo trouxe muitos prejuízos à saúde indígena, ocasionado até morte de indígenas devido o excesso de lixo existente na aldeia, tanto pelo lixo domestico ou hospitalar. É importante mencionar, que além dos lixos comuns já citados anteriormente, a preocupação dos indígenas é também com os resíduos hospitalares, produzidos no posto de saúde da aldeia São José, na comunidade local, pois os mesmos também estão inclusos nos resíduos sólidos produzidos e armazenados na aldeia, tendo o mesmo tempo de coleta e o mesmo destino final. Portanto a falta da coleta do lixo hospitalar regulamente torna o perigoso de contaminação ainda maior.

Várias reclamações foram feitas pelos indígenas aos órgãos competentes, a FUNAI e a prefeitura do município de Tocantinópolis, porém até a data da entrevista, o lixo continuava amontoado na aldeia São José.

É importante frisar que os órgãos citado pelo entrevistado tem funções relevantes dentro das aldeias a FUNAI , por exemplo, é um órgão do governo brasileiro, que têm como objetivo resolver todas as questões referentes às comunidades indígenas e de suas terras. Tendo como finalidade proteger e apoiar os povos indígenas no que for necessário, aspectos criado a partir da Lei nº 5.371, de 5 de Dezembro de 1967. Esse órgão tem a função também de proteger a saúde indígena.

Em relação ao SESAI (Secretaria Especial de Saúde Indígena) é responsável por coordenar e executar a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas e todo o

processo de gestão do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena ¹. Segundo relatos de Célio Apinayé, esse órgão é o atual responsável pela coleta de lixo nas aldeias, em parceria com a Prefeitura da cidade de Tocantinópolis.

Segundo os indígenas da aldeia São José, a coleta de lixo não estar sendo realizada com frequência. Aspecto que estar favorecendo para acúmulo de lixo dentro da aldeia.

Foi relatado pelos indígenas que quando era realizada a coleta de lixo na aldeia, ele era feito da seguinte forma: O SESAI coletava todos os lixos nas aldeias próximas e acumulava na aldeia São José, depois seria de responsabilidade da prefeitura do município conduzir todos os resíduos sólidos, armazenado na aldeia até o local chamado lixão municipal, aonde é depositado todo lixo da cidade de Tocantinópolis. Como se sabe, a cidade não dispõe de aterro sanitário, por isso é que os resíduos são levados para o lixão.

No entanto, conclui-se que durante a pesquisa percebeu-se que a coleta seletiva realizada na aldeia São José é realizada entre dois órgãos os quais se responsabilizam pelo destino final desses resíduos até o lixão, situado nas proximidades do município de Tocantinópolis. A figura (07) a seguir mostra o lixão a céu aberto sendo queimado, espalhando substâncias tóxicas na atmosfera e poluindo o solo, o que contribui diretamente para os impactos ambientais. Tanto para a cidade de Tocantinópolis quanto para aldeia São José, pois esse local fica entre esses dois espaços.

O método mais utilizado para acabar com acúmulo de resíduo sólido no lixão de Tocantinópolis é a queimada. Essa não é a prática indicada, pois contribui para a poluição atmosférica. O fato já foi reclamado pela própria FUNAI, a qual argumentou que a fumaça constante gerada por esse lixão chega a algumas aldeias gerando risco à saúde da comunidade.

Segundo Almeida (2009, p.08):

É importante frisar que os lixões, a céu aberto, “é uma forma de deposição desordenada, sem a devida compactação do lixo e sem qualquer cobertura, o que acentua os problemas de contaminação do solo, do lençol freático e a proliferação de macro e micro vetores”.

As consequências acarretadas pelos lixões vêm sendo catastróficas para o meio ambiente. São problemas causados pela disposição inadequada de resíduos sólidos, que além dos riscos à saúde humana e ambiental, constitui problemas de cunho econômicos e estéticos.

A figura (08) a seguir, mostra uma visão aérea do lixão de Tocantinópolis a outra com um ângulo, mais aproximado do local. Nessa última por sua vez é possível perceber a problemática de perto, como é exposto o resíduo sólido no lixão a céu aberto.

¹ <https://www.google.com.br/search?q=o+que+e+sesai&oq=o+que+e+sesai&aqs=chrome..69i57.5066j0j7&sourceid=chrome&ie=UTF-817/11/2018as1135>

Figura 08: lixão de Tocantinópolis - TO. Primeira foto retirada da internet



Fonte: SILVA, Jéssica Adriana dos Santos 17/08/2018 às 15h: 35min.

Os danos causados pelo lixão a céu aberto (aterros comuns) apresentam vários índices de contaminação, esses danos são: a proliferação de insetos, roedores, aves, serpentes entre outros transmissores de doenças, a fumaça liberada pela combustão libera gás metano o qual contamina o ar, outro ponto a mencionar é a contaminação do solo pelo chorume produzido pelos resíduos em estados de decomposição. Logo o “chorume é um resíduo líquido de elevada carga orgânica e forte coloração, produzido pela decomposição química e microbiológica dos resíduos sólidos depositados em um aterro” (DE MORAIS, SIRTORI, PERALTA-ZAMORA 2006 p.20). O chorume liberado pelos lixões também contamina os lençóis freáticos.

Vale ressaltar que em relação a essas duas questões a coleta de lixo na aldeia e o lixão de céu abeto, a FUNAI emitiu um nota à prefeitura de Tocantinópolis onde solicita que a mesma apresente proposta para resoluções para esse problema. Ainda, a FUNAI relata que a prefeitura não esta realizando a coleta de lixo com frequência em todas as aldeias, como mostra o trecho que estar escrito no parecer: Ofício N° /SEGAT/GAB/CRAT/2017.

“Pelos as comprovações apresentadas, a Prefeitura realizou a coleta de resíduos em 30 aldeias, das 38 que ficam em área de sobreposição do município. Todavia, em 14 aldeias foi feita apenas uma coleta em 2017, em 8 aldeias foram feitas apenas duas coletas no decorrer do ano, em 4 aldeias, foram realizadas 3 coletas, em apenas uma aldeia, 4 coletas, em 2 aldeias, ocorreram 5 coletas e na aldeia em que ocorreram mais coletas, que foi a aldeia Mariazinha, foram realizadas 6 coletas durante todo o ano de 2017.”

Vale ressaltar que a FUNAI realizou um levantamento com as comunidade indígenas, para saber quais eram os principais problemas em relação a coleta de lixo? Os principais problemas apontados foram:

- Falta de cronograma de coleta, que seja de conhecimento da comunidade;
- Falta de regulamento nas coletas;
- Falta de local adequado para armazenamento dos resíduos;
- Falta de diálogo e de envolvimento com a comunidade no processo.

Diante dos pontos destacado pelas indígenas percebe-se que está faltando um diálogo entre a prefeitura e os indígenas. Pois a FUNAI destacou “que para ser um serviço público e adequado de coleta de resíduos, a prefeitura deve trabalhar com base em um cronograma e apresentar regularidade na prestação do serviço”. A FUNAI relatou ainda que ouviu relatos dizendo que a prefeitura distribuía sacos de lixo, mas como as coletas não eram realizadas com frequência e não tem local adequado para o armazenamento do lixo, o mesmo fica exposto ocasionando focos de reprodução de insetos e risco para saúde da comunidade.

É preciso destacar que foi verificado, que os resíduos sólidos produzidos na Escola Estadual Mãtyk, estavam sendo jogados em frente da própria escola. Por falta de recipientes adequados eles são colocados apenas em sacos plásticos ou em outros que possa armazenar o lixo.

Em todo o caso, na aldeia São José, se deixar o lixo armazenado por muito tempo, os animais domésticos como, cavalos, cachorros e outros, destroem as embalagens e espalham o lixo. Nesse sentido, foi obrigado os funcionários da escola, articular meios para guardar o lixo.

A melhor opção que os servidores da escola encontraram para proteger o lixo dos animais foi fazer um Jirau² no centro de um cercado, como mostra na figura (09), para armazenar o lixo produzido na escola e depois queimá-lo para que não seja espalhado.

²Espécie de grade de varas, sobre esteios fixados no chão. <https://www.dicio.com.br/jirau/>

Figura 09: local destinado a colocar os resíduos sólidos utilizados na escola Estadual Mãtyk/aldeia São José



Fonte: SILVA, Jéssica Adriana dos Santos 18/09/2018.

Observa - se que a quantidade de lixo produzida pela unidade escolar é muito grande e não possui um local adequado para ser depositado. Como ele fica exposto a céu aberto, sem o cuidado necessário, o mesmo está propício a gerar e transmitir doenças para própria comunidade. Em suma a coleta de lixo é de fundamental importância dentro de uma comunidade, principalmente porque poderá evitar danos para saúde. Vale lembrar que esse lixo deve ter um destino adequado.

Ao falar sobre a preocupação do lixo dentro da comunidade Indígena, é possível que ele possa ser solucionado apenas com uma coleta adequada e com a consciência da comunidade local, no cuidado com a produção e descarte do mesmo. Segundo Jesus (2014, p.37), o “[...] sujeito trabalhador do campo, que tem sua morada e o seu trabalho sobre o mesmo território. [...] pode regular seu tempo de trabalho mediante as suas necessidades e não para atender aos interesses do capital”. Desta forma é importante preservar o local onde moramos.

O segundo problema ambiental constatado na Aldeia São José esta relacionado às queimadas, tem se o conhecimento que a prática da queimada pelos povos indígenas, seringueiros entre outros povos do campo, é utilizado no preparo da terra, para o plantio das roças. Essa prática faz se necessária, logo porque é tradição desses povos, assim como outros proprietários do campo realizar a limpeza de suas roças através da capina, objetivando um espaço para plantar alimentos, que é uma forma de garantir a subsistência de suas famílias.

O fogo neste caso é utilizado como uma maneira, mas rápida na limpeza do local que será destinada a plantação da roça. Segundo Mesquita (s/d, p,07) “As Comunidades indígenas, seringueiros, colonos e fazendeiros, todos se engajam na derrubada e queima” para o preparo da terra.

O uso do fogo na prática de queimadas da vegetação para qualquer finalidade no Brasil é regularizado pelo Órgão do Governo Federal /IBAMA. Mesquita (s/d, p. 07) expõe que:

O uso do fogo é disciplinado pela Portaria/IBAMA/ n. 231/88, de 08/08/1988, que regulamenta o Código Florestal Brasileiro. Mas existe também a Legislação Estadual nas Unidades Federativas, que restringe o uso do mesmo. Assim, o cidadão que desejar o fogo em sua propriedade estará obrigado a procurar antes o Órgão Ambiental do seu estado ou a unidade do IBAMA mais próxima.

As queimadas realizadas nas roças ou em outro local que venha ter vegetação são utilizadas no sentido de retardar ou elimina permanente o crescimento de ervas daninhas no determinado local. O que foi percebido no local da pesquisa é que as queimadas utilizadas pra tal finalidade acabam tomando proporções ainda mais drásticas. Muitas vezes quando é realizada essa queima ela sai do controle dos moradores indígenas e acaba queimando um espaço muito maior daquele que foi planejado.

A queima também produz outras problemáticas, como, a desertificação, empobrecimento do solo, doenças respiratórias e principalmente destrói as plantas que estão no tempo de floração, sendo uma dessas o pequi. Pois as queimadas costuma acontecer nos meses de agosto a outubro, meses esse de floração de muitas frutíferas dessa região.

Em período de estiagem/seca, esses problemas decorrentes das queimadas se agravam, tanto dentro das terras indígenas ou não. Afirma-se novamente que a queimada acarreta sérios problemas de saúde, devido a fumaça liberada através da combustão, quando é inalada, a fumaça prejudica a saúde, produzindo problemas respiratórios, como: Bronquite e pneumonia. A utilização do fogo é perigosa, porque o mesmo pode se alastrar atingindo áreas de protegidas, destruindo espécies de plantas nativas e também matando os animais. Vale frisar que a queimada nas terras indígenas não é realizada apenas pelos próprios indígenas, mas também por fazendeiros ou pequenos proprietários de terras da região, que muitas vezes tem como finalidade a realização de roças de toco ou outras plantações particulares, como no preparo da terra para o plantio do eucalipto, visto atualmente como um grande empreendimento de lucro para o empresário e que muitas vezes estão sendo plantadas próximas as terras indígenas.

Os moradores da aldeia São José relataram que todos os anos acontecem queimadas dentro da aldeia, onde são queimados muitas plantas e animais que serve para suas alimentações. Além desse fator, o fogo compromete e modifica as áreas da reserva indígena.

Em relação a questão do combate ao fogo/queimadas, principalmente nas áreas de proteção ambiental, o governo percebeu a necessidade de criar uma lei que viesse contribuir na preservação das florestas e matas em todo o território brasileiro. Segundo Mesquita (S/D, p.09):

O Governo Federal foi obrigado a criar em 10 de abril de 1989, através do Decreto n. 97635, o Sistema Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (PREVFOGO), que atribui ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, a competência de coordenar as ações necessárias à organização, implementação e operacionalização das atividades relacionadas com a educação, pesquisa, prevenção, e controle e combate aos incêndios florestais e queimadas. (MESQUITA. S/D p.09)

Para amenizar a questão das queimadas dentro das terras indígenas quanto na aldeia São José, os indígenas conta com o trabalho desenvolvido pelo PrevFogo, órgão relacionado principalmente com a prevenção do meio ambiente, vinculado ao IBAMA, são esses órgãos os responsáveis por desenvolver ações de combate e prevenções das queimadas em todo o Brasil. “O PrevFogo³ foi criada em 1989 e tem atuado na promoção, apoio, coordenação e execução de atividades educativas, pesquisa, monitoramento, controle de queimadas, prevenção e com ter até aos incêndios florestais em todo território nacional.

O PrevFogo é responsável pelas terras indígenas Apinayé, o mesmo desenvolve um trabalho em parceria com os Brigadistas que atua diretamente na conservação do meio ambiente dentro das aldeias. Os brigadistas são formados por pessoas, tanto indígenas, como não indígenas, que prestam trabalho a FUNAI. Segundo o Sr. Edmar Xavito Apinagé o qual faz parte da brigada desde 2015:

Todos os dias eram escalados um dos brigadista para ser responsável por toda a equipe e também pelo relatório final, o Kupê Alexandre seria o chefe estadual responsável pelo veículo utilizado nas ocorrências. O início do programa PrevFogo foi iniciado em 2014, o programa tem o objetivo de conscientizar sobre a importância da queimada realizada de forma adequada evitando inicialmente que não se torne um problema.

Essa parceria faz se necessária na proteção da fauna e da flora. Tornando-se um trabalho mais intenso no período de estiagem e início da derrubada das matas para o plantio das roças.

Segundo o indígena Gilberto Pereira Apinayé, “o chefe da brigada é responsável por está auxiliando os indígenas de como deve ser feito o aceiró⁴, para que fogo não venha propagar-se em outros locais. No início a questão da brigada dava certo porque os indígenas esperavam a sua vez” para queimar suas roças. Ao referir sua vez é porque antes de colocar a roça, aqueles que desejavam plantar, eram cadastrados para receberem orientação da equipe de

³ <http://prevfogofloresta.blogspot.com/2013/07/o-que-e-o-prevfogo-do-ibama.html>16/09/2018as11:30

⁴ Um aceiro é uma abertura na vegetação com material combustível que atua como barreira para retardar ou impedir o progresso de incêndio florestal.

brigadista e do PrevFogo, objetivando explicar a forma adequada para realizar queimada de suas roças.

Em entrevista, alguns indígenas relataram que na atualidade é muito pouco os que esperam sua vez, desta forma tem alguns que se precipitam e realizam as queimadas sem as orientações. Essas são muito relevantes, pois através das mesmas é possível evitado os incêndios descontrolados. Vale refletir que o fogo descontrolado prejudica todo o local onde foi queimado ocasionando o problema da desertificação, um problema muito grave para os moradores indígenas.

Se as matas dentro das terras indígenas forem queimadas de maneira errada, pode acarretar diversos problemas na comunidade, tendo como consequência a falta da caça para a alimentação, mudança do clima, entre tantos outros problemas, relacionado ao mau uso do fogo.

Outro problema ambiental detectado na aldeia São José foi à questão do saneamento Básico, pois a aldeia não dispõe de banheiros sanitários, as necessidades fisiológicas são realizadas na mata, essa prática pode prejudicar a saúde da comunidade. Pois esses dejetos pode contaminar a água utilizada para o consumo doméstico ao entrar em contato com a mesma e, ao beber a água contaminada o individuo poderá contrair diversas doenças, como por exemplo, as diarreias.

É importante destacar que o saneamento básico é de fundamental importância para saúde da população, mas que poucos desfrutam desse serviço no Brasil. Principalmente as populações que residem no campo, essas muitas vezes são privadas de possuírem banheiro, tratamentos de águas entre outros.

Foi a partir dessa preocupação que no ano de 2007 foi criado a lei 11.445 que institui um conjunto de serviços de infraestruturas e instalações operacionais que visa principalmente a melhoria na qualidade de vida das pessoas. Madeira (2010, p. 10) relata que esses serviços de infraestruturas são:

- 1) abastecimento de água potável: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição;
- 2) esgotamento sanitário: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até seu lançamento final no meio ambiente;
- 3) limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final do lixo doméstico e do lixo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas; e
- 4) drenagem e manejo das águas pluviais urbanas: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de drenagem urbana de águas pluviais, de transporte, detenção ou retenção.

Nesse sentido é possível observar que mesmo após a criação da lei que garante ao indivíduo o saneamento básico, a maior parte da população brasileira, ainda não conta com esse serviço. As pessoas, mais prejudicadas são aquelas que vivem nas periferias das cidades, principalmente nas regiões norte e nordeste do Brasil, bem como a maioria das famílias que vivem no campo.

No caso da Aldeia São José, o único serviço de saneamento básico existente é a água. Como já foi relatada, a comunidade também não possui esgoto sanitário. Claro que seria surpresa se as terras indígenas houvesse rede de saneamento básico, pois assim como para a maioria das pessoas desse Brasil, as políticas públicas são direcionadas a conta-gotas, se quer é suficiente para dá a qualidade de vida necessária que o ser humano necessita para viver.

5 ANÁLISE DE DADOS

Diante da pesquisa foi possível detectar três grandes problemas ambientais dentro do espaço da pesquisa. Na aldeia São José falta Saneamento básico, possui grande quantidade de lixo acumulado e grande focos queimadas descontroladas.

A falta do saneamento básico é preocupante, pois toda comunidade está sujeita a adquirir doenças, como, leptospirose, disenteria bacteriana, esquistossomose, cólera, parasitoides, giárdias entre outras. Diante dessa situação foi perguntado, por que não foram construindo banheiros para a comunidade? Os entrevistados responderam que o solo não é propício, pois o mesmo encharca muito rápido, principalmente em período chuvoso. Eles relataram também que fizeram reuniões com as lideranças e outros membros importantes da aldeia vendo a possibilidade de mudança da aldeia São José para outro local que fosse possível construir os banheiros com fossas, mas nada foi decidido.

Em relação às queimadas são fatores preocupantes porque afeta diretamente o meio ambiente, a vida social e a economia dos indígenas. A fumaça prejudica a saúde, principalmente das crianças e dos idosos. Ao queimar a vegetação, o fogo queima também os produtos utilizados pelos povos indígenas para fazer seus artesanatos que é sua principal fonte de renda.

Percebemos que na aldeia São José ha uma grande quantidade de lixo espalhado, sem ter um armazenamento adequado ficando, o mesmo propicio a proliferação de animais transmissores de doenças, como a dengue, chikungunya, dentre outras doenças que acarreta sérios problemas de saúde para os próprios moradores indígenas. Para resolver essa problemática, observamos que os indígenas estão se mobilizando para intimar as autoridades responsáveis para resolver a problemática.

É percebido também que os moradores não têm uma preocupação a respeito do destino do lixo, se um desses moradores colocar o lixo em saco plástico para esperar a coleta e vim um cachorro por exemplo e rasgar o saco, esse morador não tem a consciência de recolher esse lixo novamente. Outra observação a ser feita em relação o descarte do lixo, é que não há uma preocupação dos moradores indígenas em estar armazenando esses resíduos em local, mais seguro até o mesmo ser apanhado pela empresa responsável e levar para seu destino final.

Durante a pesquisa foi possível visualizar o lixo espalhado nas margem do ribeirão São José, o mesmo local que é usado pela comunidade para tomar banho, lavar roupas e também utensílios domésticos. Como é mostrado na figura (09), lá pode ser vistas fraldas descartável, sacolas, e restos de embalagem de produtos de limpeza.

Esse local é frequentado todos os dias pelos moradores da comunidade o que acarreta impactos ao meio ambiente por conta da poluição, produzida pelos próprios, frequentadores do ribeirão. Assim podemos concluir que os povos indígenas da aldeia São José ainda não conhecem o grave problema que o lixo pode causar ao meio ambiente. É visível que essa comunidade necessita se conscientizar sobre a preservação da água.

Figura 10: Margem do ribeirão São José com os lixos mencionados no texto



Fonte: Silva, Jéssica Adriana dos santos. 10/06/2018.

Portanto a falta de um local próprio para depositar o lixo, em tempo chuvoso faz com que os mesmos fiquem espalhados e quando os rios transbordam com o excesso de chuva e este é arrastado para o seu leito, levado pela correnteza causar danos aos animais aquáticos. Outra parte vai para o fundo do ribeirão e pode deixar o local impróprio para o banho e outras necessidades domésticas.

Ao procuramos a prefeitura do município de Tocantinópolis para saber o porquê a mesma não está coletando com frequência, os lixos na aldeia. O senhor Emival secretário da limpeza pública explicou que não têm possibilidades de estar todos os dias nas mesmas aldeias realizando a coleta de lixo, mas falou que a prefeitura faz esse serviço 02 vezes na semana.

Segundo o secretário, a coleta segue um cronograma da seguinte forma: uma semana eles realizam a coleta em uma rota, que seria a aldeia São José e as demais aldeias nas proximidades. Na outra rota se deslocam para a aldeia Mariazinha e as demais que fica próxima.

Dando continuidade, segundo o secretário a prefeitura está sempre seguindo esse

cronograma para conseguir atender todas as 42 aldeias. Vale destacar que não é todas as aldeias que dá acesso aos carros que transporta os resíduos sólidos. Logo porque não e todos os carros que entram nestas devido a grande quantidade de areias presente nas estradas, o que dificulta e atrasa a coleta do lixo.

O responsável pela limpeza pública relatou também que no ano de 2017 essa coleta não estava sendo realizado como deveria ser, mas no respectivo ano, a coleta do lixo voltou a sua normalidade. O secretário citou que nos relatórios das atividades que são disponibilizados pela prefeitura, consta o registro das coletas realizadas, regularmente nas aldeias. É através desta pesquisa que deixamos registrado para que futuros pesquisadores possam encontrar dados importantes da cultura Apinayé.

Ao realizamos esse estudo sobre os problemas ambientais dentro da aldeia São José, percebemos que as inquietações vivenciadas pela comunidade indígena, estar diretamente ligadas aos problemas ambientais ali presentes, como o descarte inadequado dos resíduos sólidos produzidos na comunidade, o uso inadequado da queimada o que vem acarretar o desaparecimento das plantas nativas usadas na medicina indígena a também a questão das sementes utilizadas na confecção de artesanatos entre outros citados no corpo do texto, no entanto é de conhecimento todos que apenas a educação ambiental será capaz de mitigar esses problemas ambientais presentes na comunidade.

Consequentemente a educação ambiental dentro da Aldeia São José, faz-se necessária para que os moradores indígenas da comunidade se tornem, mas conscientes dos valores a respeito da sustentabilidade. Desse modo mantém-se em pratica a importância de viver e ao mesmo tempo preservar o local. Só a partir desse conhecimento, a comunidade e as futuras gerações poderão desfrutar de um lugar sadio, agradável e limpo.

A educação ambiental é importante na vida das pessoas porque ensina, a saber, viver no meio ambiente a qual se situam. Deste modo é que Fernandes (2012, p.76), expõem que: “a Educação Ambiental para todas as classes sociais como determinante na construção da cidadania, começando com a ecoalfabetização na sociedade e nos ambientes escolares”.

Concluimos a pesquisa mostrando que os problemas ambientais na aldeia São José, principalmente aqueles causados pelos resíduos sólidos, tem contribuído para o agravamento da saúde da comunidade. De outra forma, também é possível afirmar que as terras indígenas Apinayé são de grande importância para a preservação dos recursos hídricos que abastecem a cidade de Tocantinópolis.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No entanto, ao realizar o presente estudo junto aos povos indígenas Apinayé extraiu-se conhecimentos importantes de suas culturas. Desse modo nos colocamos a disposição dos mesmos para tornar em público os problemas ambientais que a comunidade tem vivenciado nos últimos anos. Da mesma forma, buscamos deixar para os futuros pesquisadores importantes contribuições sobre a singularidade do modo de vida do povo Apinayé.

Pode-se destacar a partir desse trabalho que os aborígenes são muito importantes na conservação do meio ambiente, logo porque vivem de recursos extraídos da própria natureza. Através de seu modo de vida, os Apinayé presa pela consciência de proteger os recursos naturais ali presentes, para que não venham faltar às novas e futuras gerações.

Outro fato relevante dessa pesquisa é que os Apinayé possui uma extrema importância para a Cidade de Tocantinópolis - TO. Tanto do ponto de vista cultural, como ambiental. Pois esses povos disseminam seus modos de vida para além da sua comunidade e preserva a vegetação de suas terras, o que garante a manutenção das águas dos ribeirões que passam por Tocantinópolis.

Logo porque os ribeirões que percorrem a Cidade de Tocantinópolis nascem nas terras indígenas Apinayé, portanto os moradores não indígenas de Tocantinópolis podem usufruir destes, porque os povos indígenas mantêm os mesmo preservados, além do mais, é desse contato que pessoas da cidade consomem frutos nativos como o buriti, Jussara e outros.

Os povos Apinayé também são importantes para a cidade, na circulação da economia através dos comércios locais. Pois eles vendem produtos do agro extrativismo e trazem também artesanatos para vender ou negociar na cidade.

Vale apenas frisar ainda que vivemos em uma sociedade aonde as pessoas não se conscientizam da importância de preservar o meio ambiente e os povos indígenas, dá uma lição a todos de como preservar os recursos naturais. Por outro lado, sabe-se que os problemas ambientais oriundas de ações antrópicas podem ser solucionados, basta a sociedade como um todo se envolver com a preservação ambiental.

Essa pesquisa faz se necessária porque é uma temática pouco encontrada sobre as comunidades indígenas Apinayé. Portanto o estudo apresentado não veio apenas mostrar os pontos negativos que necessitam de atenção, mas também a diversidades que é encontrada nessas terras. Os dois extremos dessa questão, mostra a necessidade de preservar essas comunidades, que lamentavelmente é pouca valorizada pelo não índio.

Entende-se que valorizar os povos indígenas é valorizar o berço da nossa cultura é valorizar a natureza. Ao pesquisar os problemas ambientais na aldeia São José, foi constatado que os mesmos podem ser solucionados, tendo como ponto de partida, os aspectos importantes na educação e conscientização das crianças, jovens e adultos da comunidade.

Por fim, ficamos agradecidos em aprender, mais sobre a cultura Apinagé, através desta pesquisa. Acreditamos que cumprimos com a missão de poder estudar e contribuir com a ciência, estudando um tema de grande relevância, como as terras e os povos indígenas Apinayé. Nesse sentido, os dados apresentados aqui nessa obra, serão de grande relevância para os diversos setores da ciência e também para a pesquisa de outros futuros pesquisadores.

REFERENCIAS

ALMEIDA, Prof. Dr. Paulo Santos de. “Armazenamento de lixo urbano em Lixões e Aterros Sanitários: **Contaminação do solo, proliferação de macro e micro vetores e contaminação do lençol freático**”. São Paulo 2009.

BRASIL. 1973. Decreto nº 73.030, de 30 de Outubro de 1973. Cria, no âmbito do Ministério do Interior, a Secretaria Especial do Meio Ambiente - SEMA, e da outras providências. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-73030-30-outubro-1973-421650-publicacaooriginal-1-pe.html23/08/2018às19:31>

_____**Constituição (1988)** Constituição: República do Brasil. Brasília Senado Federal, Centro Gráfico,1988.

_____**Legislação do meio ambiente:** Atos Internacionais e Normas Federais Brasília 1996.

_____**Conselho Nacional do Meio Ambiente Resoluções do Conama: resoluções vigentes publicadas entre setembro de 1984 e janeiro de 2012.** Ministério do meio ambiente. Brasília: MMA,2012.

CARDOZO, Natalie França. MARTINS, Viviane Lima. **Educação Ambiental: uma abordagem transdisciplinar.** Revista intr.@ciência. Guarujá, 2016.

CARNEIRO, Denyclaimy Souza; VIOLA, Marcelo Ribeiro. **Distribuição espacial e temporal da precipitação pluvial e erosividade mensal e anual no estado do tocantins.** In: 9º Seminário de Iniciação Científica da UFT, v. 5, 2013

CUNHA, Manuela Carneiro da . **O futuro da questão indígena.** Estudos Avançados, v. 8, n. 20, p. 121-136, 1994.

D’ANGELES, Luiz Renato. **Ambiente, meio e desempenho ambiental: Como Juntar Firmeza de Ideia e Justiça/Luiz Renato D’Agostini, Juliana Mariano Alves, Fred Newton da Silva Sousa. - Palmas: UNITINS e Nova Letra, 2006.**

MORAIS, Josmaria Lopes de; SIRTORI, Carla; PERALTA-ZAMORA, Patricio G. **Tratamento de chorume de aterro sanitário por fotocatalise heterogênea integrada a processo biológico convencional.** Química Nova, v. 29, n. 1, p. 20, 2006.

LAGO, Anbré Aranha Correia do. **Ministério das Relações Exteriores Esplanada dos**

Ministérios, Brasília, DF 2006.

NASCIMENTO, Debora Fernandes. **A Importância da Educação Ambiental na Construção da Cidadania**. OKARA: Geografia em debate, v. 4, n. 1, p. 77-84, 2012.

GUEDES, José Carlos de Sousa. **A Educação Ambiental e sua Inserção no Ensino Formal**, São Cristóvão, 2012.

JESUS, Sidinei Esteves de Oliveira de. Construção do território, atividade apicultura e reprodução camponesa: **estudo sobre o projeto de assentamento amigos da terra, Tocantins**, Brasil, 2014.

LIMA, Clarice Silva. **Os riscos e as vulnerabilidades vinculadas aos catadores de lixo**. **Revista Terceiro Incluído** , v. 3, n. 2, p. 57-71, 2013.

MADEIRA, Rodrigo Ferreira. **O setor de saneamento básico no Brasil e as implicações do marco regulatório para universalização do acesso**. 2010.

MESQUITA, Antônio Gilson Gomes. Impactos das queimadas sobre o ambiente e a biodiversidade acreana. **Revista Ramal de Ideias**, p. 2008, 2008.

O ECO. **O que é o IBAMA**. Documento disponível em: <https://www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/27857-o-que-e-o-ibama/>. Acessado em 30/11/2018.

OLENDER, Mônica Cristina Henriques Leite A técnica do pau-a-pique: **Subsídios para a sua Preservação**./Monica Cristina Henriques Olender.-Salvador: UFBA/PPGAU,2006.

OLIVEIRA, Washington Luis de et al. Boas práticas de manejo para o extrativismo sustentável do pequi. 2010.

PEREIRA, Clenan Renaut de Melo: **De Boa Vista a Tocantinópolis**/ Clenan Renaut de Melo Pereira – Palmas -TO: Editora, 2012.

POSEY, D. Introdução – Etnobiologia: teoria e prática. In: RIBEIRO, B. (coord.). *Suma Etnológica Brasileira*\1. Petrópolis: Vozes \ FINEP, 1987, p. 15-25.

REIGOTA, Marcos. **O que é Educação Ambiental**. São Paulo, 2006.

_____ **Meio Ambiente e representação social.** 6º ed. São Paulo, 2006.

RIBEIRO, Perla Oliveira. plantas –filhas e a beleza das roças: **O lugar das plantas na cosmologia Apinajé.**/Perla Oliveira Ribeiro.-Palmas,TO,2016.

SANTOS, Milena dos. **Roça de toco indígena no processo da limpeza.** Tocantinópolis, 2018.

TXICÃO, K. **A pesca dos Ikpeng com cipó timbó-açu (*Sapindácea*):** Aspectos da cultura e da ciência na relação com o meio ambiente. 2016. (Trabalho de Conclusão de Curso). Licenciatura Intercultural Indígena em Ciências Matemáticas e da Natureza. UNEMAT. Barra do Bugres-MT, 2016.

Terras Indígenas e Unidade de Conservação da natureza: **o desafio das sobreposições**/organização Fany Ricardo—São Paulo: instituto socioambiental, 2004.

TORRES, Eleno; SARAIVA, Odilon Ferreira. **Camadas de impedimento mecânico do solo em sistemas agrícolas com a soja.** Londrina: Embrapa Soja, 1999.